



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES – CAMPUS III
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
CURSO LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA**

Linha de Pesquisa: Poder local e organização do espaço

JAILSON DE LIMA GALDINO

**A AÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA NA CONVIVÊNCIA DO HOMEM
DO CAMPO NO SEMIÁRIDO DONAINESENSE/PB**

Guarabira/PB

2017

JAILSON DE LIMA GALDINO

**A AÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA NA CONVIVÊNCIA DO HOMEM
DO CAMPO NO SEMIÁRIDO DONAINESENSE/PB**

Monografia apresentado ao Curso de Licenciatura
Plena em Geografia da Universidade Estadual da
Paraíba. Centro de Humanidades, Campus III,
como requisito para obtenção do grau de
Licenciado em Geografia.

Linha de Pesquisa: Poder local e organização do
espaço.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Arthur Pereira Saraiva

Guarabira/PB

2017

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

G123a Galdino, Jailson de Lima

A ação da sociedade civil organizada na convivência do homem do campo no Semiárido Donoinesense/PB [manuscrito] / Jailson de Lima Galdino. - 2017.

69 p. : il. color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2017.

"Orientação: Luiz Arthur Pereira Saraiva, Departamento de Geografia".

1. Semiárido. 2. Articulação do Semiárido. 3. Homem do Campo. 4. Agroecologia. I. Título.

21. ed. CDD 577.55

JAILSON DE LIMA GALDINO

**A AÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA NA CONVIVÊNCIA DO
HOMEM DO CAMPO NO SEMIÁRIDO DONAINESENSE/PB**

Monografia apresentado ao Curso de Licenciatura Plena em Geografia da Universidade Estadual da Paraíba. Centro de Humanidades, Campus III, como requisito para obtenção do grau de Licenciado em Geografia.

Linha de Pesquisa: Poder local e organização do espaço.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Arthur Pereira Saraiva

Aprovado em 17/05/2017

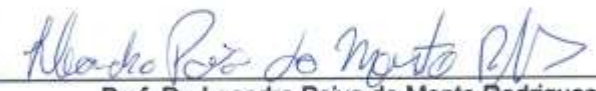
Banca examinadora



Prof. Dr. Luiz Arthur Pereira Saraiva (Orientador)
Universidade Estadual Da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. Francisco Fábio Dantas da Costa
Universidade Estadual Da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. Leandro Paiva do Monte Rodrigues
Universidade Estadual Da Paraíba (UEPB)

*Aos meus pais Damião Honorato e Maria da
Penha, pessoas especiais em minha vida, e
fundamentais na minha formação, a minha esposa
Izabel Miguel Pinheiro que me completa e me
apoia, DEDICO.*

AGRADECIMENTOS

A Deus, por todas as coisas boas que realiza em minha vida diariamente, concedendo-me serenidade e inteligência para encarar as adversidades da vida.

Aos meus pais, que me criaram e me educaram a sua maneira, figuras marcantes na formação de meu caráter, a meus irmãos, sempre presentes quando precisei.

A minha esposa, por me apoiar e estar do meu lado durante horas de tensão, direto ou indiretamente compartilhando do mesmo sentimento da necessidade de empenho para mostrar o meu melhor. Aos meus filhos, pela alegria que me proporciona e trazerem sentido à minha luta diária.

Aos meus professores, que me acompanharam desde as primeiras sílabas até as elaboradas leituras da academia, pois reforçaram um dialeto informacional que me proporcionou uma nova forma de enxergar o mundo em minha volta, com um certo toque crítico. Aquele que se propôs a orientar-me mesmo estando em condição de reingresso com os prazos apertados.

Aos amigos, colegas de trabalho, de sala de aula, enfim, todos que vieram a contribuir e compartilhar comigo novas ideias, trazendo-me desafios e moldando meus conceitos, capacitando-me e melhorando gradativamente minha formação.

A todos muito obrigado!

“A fome é a expressão biológica de males sociológicos” (JOSUÉ DE CASTRO, Geografia da Fome. p. 35).

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 ASA, DA FORMAÇÃO A RAZÃO SOCIAL	22
1.1 A busca por igualdade de direitos “projetos pilotos”	22
1.2 Agricultura familiar, uma visão holística	25
2 SEMIÁRIDO, DEMOCRACIA E TERRITORIALIDADE	28
2.1 Caracterização geoambiental do município de Dona Inês/PB	28
2.2 O Semiárido brasileiro e a seca	30
2.3 A conquista de uma identidade	33
3 A ASA E COMO ESTÁ ORGANIZADA	34
3.1 Dos recursos adquiridos	39
3.2 Das parcerias, convênios e prestação de contas	41
4 TECNOLOGIAS SOCIAIS APLICADAS	44
4.1 Os beneficiários	46
5 RESULTADOS E PESQUISA DE CAMPO	48
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
REFERÊNCIAS	64
ANEXO 01	67
APÊNDICES	69

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABONG – Associação Brasileira de Organizações não Governamentais

AECID – Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento

ASA – Articulação do Semiárido

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CCM – Cadastro de Contribuintes Mobiliários

CEBRA – Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social

CEF – Caixa Econômica Federal

CEVI – Centro de Voluntariado Internacional

CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social

CNAS – Conselho Nacional da Assistência Social

CNEA - Cadastro Nacional de Entidades Ambientalistas

CNPJ – Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica

CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

DNOCS – Departamento Nacional de obras Contra as Secas

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FBB – Fundação Banco do Brasil

FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos

GFIP – Guia do Fundo de Garantia e Informações à Previdência

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INSA – Instituto Nacional do Semiárido

INSS – Instituto Nacional da Seguridade Social

IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano

LOAS – Lei Orgânica da Assistência social

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MISEREOR – Misereor super turbam – Tenho compaixão desta gente, porque não têm o que comer (Mc 8,2).

MMA – Ministério de Minas e Energia

MST – Movimento dos Sem Terras

ONG – Organização Não Governamental

OSC – Organização da Sociedade Civil

OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

OSFL – Organização Sem Fins Lucrativos

OXFAM – Comitê de Oxford de Combate à Fome

P1+2 – Programa uma Terra e Duas Águas

P1MC – Programa um Milhão de Cisternas

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

SUS – Sistema Único de Saúde

UNCCD – Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: Tecnologia aplicada nas cisternas da ASA no município de Dona Inês/PB, cisterna localizado no sítio caiçara deste município.	45
Imagem 2: Placa na Cisterna da P1MC localizada em residência de uma famílias do Sítio Caiçara, município de Dona Inês/PB.....	46
Imagem 3: Residência de uma família beneficiada com as cisterna da P1MC, localizada no Sítio Caiçara, município de Dona Inês/PB,	46
Imagem 4: Entrega das cisternas a partir da entrega de um certificação simbólico..	46
Imagem 5: Lanche após um fórum de participação das famílias beneficiadas	46
Imagem 6: Curso de Gestão de Recursos Hídricos (GRH)	52

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Localização de Dona Inês/PB referente ao Brasil	29
Mapa 2: Programa de combate à desertificação - proágua Semiárido – anti-desertificação.	32
Mapa 3: Famílias atendidas pela ASA no Município de Dona Inês/PB de 2008 a 2011, Coordenadas geográficas fornecidas pela UGM Centro de Educação e Organização Popular (CEOP, Picuí/PB)	51
Mapa 4: Mapa da criação do município de Dona Inês/PB com as localidades municipais e suas nomenclaturas culturais	60

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Cisternas construídas com a parceria ASA e MESA/MDS nos anos de 2003 a 2005. (BRASIL, 2005)	41
Gráfico 2: Origem dos recursos da ASA na AP1MC	42
Gráfico 3: As famílias utilizam outras formas de retirar água da cisterna.....	53
Gráfico 4: % do nível de dívida da família com os agentes sociais que implantaram a cisterna do P1MC	57
Gráfico 5: Localização e quantidade das 400 cisternas implantadas pelo programa Água para Todos do Governo Federal, cisternas de plástico/polietileno/PVC	61

LISTA DE ORGANOGRAMAS

Organograma 1: Representação da rede ASA.....37

Organograma 2: Representação gráfica da AP1MC38

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Famílias Beneficiadas pelo programa P1MC em Dona Inês/PB até o Ano de 2016.43

Quadro 2: Famílias beneficiadas em todos os Municípios do estado da Paraíba até o Ano de 2016.43

Quadro 3: Dados do programa P1MC em todos os estados da região Semiárido brasileira e em todos os municípios até o Ano de 201643

Quadro 4: Número de dias com déficit hídrico para os anos hidrológicos 2011-2012 (a), 2012-2013 (b), 2013-2014 (c), 2014-2015 (d) e 2015-2016.....50

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Processamento de dados referente a pesquisa de campo, sobre o uso de outras fontes de água usadas pelas famílias pesquisadas55

043 – GEOGRAFIA

TÍTULO: A AÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA NA CONVIVÊNCIA DO HOMEM DO CAMPO NO SEMIÁRIDO DONAINESENSE/PB

Jailson de Lima Galdino (autor)¹ – Geografia – Dep. de Geografia /CH/UEPB

ORIENTADOR: Prof. Dr. Luiz Arthur Pereira Saraiva (DG/CH/UEPB)

RESUMO

As Organizações não Governamentais (ONG), tem se multiplicado nas últimas décadas, tanto no país quanto pelo mundo, com caráter muitas vezes assistencialista, ou simplesmente apoiadores de causa, com ou sem fins lucrativos, dependente ou independente do seu formato jurídico, são apoiadas por outros mecanismos de influencias globalizadas com gêneros diversificados, seja social ou filantrópico. Esses mecanismos acumulam fundos e os destinam as nobres causas ao redor do mundo. Todavia, internamente no Brasil, os pequenos movimentos sociais não institucionalizados não podem disfrutar de tais incentivos para suas causas, tendo como empecilho o fator burocrático. O presente trabalho é caracterizado pelo estudo de caso que envolve a ONG, Articulação do Semiárido (ASA), atuante no Semiárido brasileiro a mais de 20 anos, e luta pelo acesso à água em defesa dos direitos políticos/culturais dos agricultores dessa região. O desenvolvimento da pesquisa é baseada nas ações dessa ONG no espaço agrário do município de Dona Inês/PB, na aplicação do Programa 1 Milhão de Cisternas (P1MC), e tende avaliar as condições estruturais das cisternas, o acesso e manejo da água, traçando um perfil da família beneficiada na dinâmica de convivência com as secas, tal qual a influência de outros fatores na melhoria do acesso a água.

PALAVRAS CHAVE: Semiárido, Articulação do Semiárido, homem do campo, agroecologia

¹ Graduando em Geografia pela Universidade Estadual da Paraíba, Campos III, Guarabira, E-mail: Jailson_galdino@hotmail.com

ABSTRACT

Non-governmental organizations (NGOs) have been multiplying in the last decades, both in the country and in the world, which are often of a charitable nature, or simply supporters of causes, whether or not for profit, depending on or independent of their legal format. By other mechanisms of globalized influences with diverse genres, whether social or philanthropic. These mechanisms accumulate funds and are destined by noble causes around the world. However, internally in Brazil, small non-institutionalized social movements can not enjoy such incentives for their causes, having as a bureaucratic factor as a hindrance. The present work is characterized by the case study that involves the NGO, Semitic Articulation (ASA), working in the Brazilian semi-arid for more than 20 years, and fighting for access to water and defense of the political / cultural rights of farmers in this region. The development of the research is based on the actions of this NGO in the agrarian space of the municipality of Dona Inês / PB, in the application of the 1 Million Cisterns Program (P1MC), and tends to evaluate the structural conditions of cisterns, access and water management, A profile of the family benefited in the dynamics of coexistence with droughts, as is the influence of other factors in the improvement of access to water.

KEYWORDS: Semiarid, articulation of the semiarid, man of the field, agroecology

INTRODUÇÃO

Desde o século XX as Organizações Não Governamentais (ONGs) vêm se expandindo em todo o mundo, impulsionadas a partir de acontecimentos em escala global, que deram início a uma nova forma de organização social, como o movimento internacional realizado pela Organização das Nações Unidas (ONU) em ajuda aos países devastados pela 2ª Guerra Mundial, denominada “Cooperação Internacional” (KAROL, 2000). Nas circunstâncias adversas daquele momento histórico de fragilidade social e estatal, foram surgindo inúmeras associações de cooperação social e ajuda cívica de diferentes tipos e gêneros, diferenciados do modelo governamental vigente e normalizados pela própria ONU.

Segundo Ciconello (2006), as ONGs representam um importante papel e verdadeiro projeto democrático que contempla um modelo de desenvolvimento emancipado e participativo de formalidade social. No ímpeto de suas ações, retrata a clareza das relações de grupos pautada nas práxis organizacionais, revelando uma relação com o espaço direcional referenciado na posição do local/local x local/global caracterizando um modelo de território de forma multidimensional.

A ABONG (2007) enfatiza que o conceito ONG não existe formalmente, é apenas um termo “político” usado para separar os movimentos da Organização da Sociedade Civil (OSC) das entidades governamentais. Karol (2000) conclui que nos países do Sul, seu surgimento deu-se de forma diferenciada, mesmo estando no marco da Cooperação Internacional. “ONG parece ter sido um termo empregado sem muitos critérios de análise”. O que representou um retorno simbólico dos esforços singulares que pluralizaram importantes conquistas². O livro Um novo marco legal para as ONGs no Brasil nos orienta a respeito de seu modelo de classificação.

Existem apenas dois formatos jurídicos, que são associações e fundações. Estas podem ter qualificações diferentes enquanto pessoa jurídica e, dependendo da finalidade da organização, podem ser as de Organização Sem Fins Lucrativos (OSFL), Organização da Sociedade Civil (OSC) ou Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) (ABONG, 2007 p. 11).

² “Recuperada no contexto das lutas pela democratização, a ideia de "Sociedade Civil" serviu para destacar um espaço próprio representado simbolicamente pelo termo ONG que hoje estar diretamente ligado à vida civil no exercício do direito cidadão” (KAROL, 2000, p. 21).

Independentemente do tipo de ONG criada, não vai acrescentar maior credibilidade social ao movimento representado, mas os tipos de serviços prestados por estas entidades é que dará visibilidade a sua representação perante seus financiadores e agentes sociais. Mesmo com a indefinição do termo “ONG”, conclui-se que ele surgiu de dentro da sociedade civil, podendo ser entendido segundo Karol

Quando surgiu, a denominação “Organização Não-Governamental” nos documentos da ONU, seu objetivo era o de contrapor--se à denominação Organização Governamental. Sendo assim, o primeiro entendimento era de fácil identificação. Hoje a complexidade das relações institucionais demanda maior clareza na definição do que seja uma Organização Não-Governamental (KAROL, 2000, p. 9).

Nesse contexto, e para maior compreensão sobre essas associações, entidades ou ONGs, que lutam por diversas questões ligadas ao bem comum, que focamos o olhar em um contingente mais próximo de nossa realidade, observando os fenômenos das mudanças sociais a partir de suas ações. Levando em consideração que elas estão crescendo em ritmo conceitual no Brasil, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), no período que vai de 2002 a 2005, elas eram 267,3 mil entidades, tendo um crescimento de 8,8%, passando para 290,7 mil no período correspondente de 2006 a 2010. De acordo com dados da ABONG (2007), ressalta-se que essas entidades atuam como defensoras de direitos, havendo também aquelas organizações da filantropia privada, passando desde as corporativas até as religiosas.

No Brasil, a partir do fim da ditadura militar, a sociedade civil tem procurado diferentes formas de organizações populares, um meio de superar o autoritarismo e de buscar seus direitos baseados na lei do direito constitucional. A respeito da luta pela terra, por exemplo, entram em cena os mecanismos civis populares organizados, que vão de encontro às autarquias ruralistas, tendo em vista a lei de desapropriação dos imóveis que não estivessem cumprindo com a função social, ou seja, “improdutivas”. A lei em vigor passou a ser abertamente desrespeitada e colocada sob questionamento pelos movimentos camponeses civis organizados (ROS, 2009).

Nesse sentido, o meio que a sociedade civil encontrou para enfrentar o patronato rural foi criar um organismo com base em um estatuto que fortaleceria e

formalizaria o clamor do povo pelo acesso à terra, de modo a exigir uma ação interventora do governo além de atrair adeptos à reforma agrária.

A mudança mais significativa está relacionada ao aumento da legitimidade e da visibilidade das ações políticas em favor da realização de uma reforma agrária no país, impulsionada principalmente pela intensificação das ocupações de terras ocorrida após a constituição formal do MST no início da década de 1980 (CALDART, 2000, p. 234).

A partir das informações, fica um impasse no que diz respeito às entidades sem fins lucrativos e as que servem à filantropia como, por exemplo, mecanismos criados pelo governo para servir como políticas públicas e que desafogam o estado em quesitos de obrigações, como é o caso da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e o Sistema Único de Saúde (SUS), dentre outras (CICONELLO, 2006). As associações sem fins lucrativos, na perspectiva de ação social, buscam junto ao governo federal, o acesso a recursos para agir na luta por uma determinada causa social fundamentando-se na Lei 9.790/99³ de 23 de março de 1999, que diferencia as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), das demais entidades. Apenas a partir dessa lei pôde haver uma maior concretude nesse quesito com menos burocracia.

Existe, desde 1990, um movimento que discute um meio para a criação de um marco legal para as ONGs no Brasil, que normalize ações de direitos jurídicos e regulamentação normativa assegurando uma maior estabilidade legal perante as três esferas que regem o ciclo de nossa democracia. As discussões são lideradas pela ABONG em parceria com outras organizações que lutam por uma maior identidade política que ajude a diferenciar o que são entidades sem fins lucrativos das demais formas associativas existentes.

Apesar da criação da Lei 9.790/99 ter sido uma vitória da sociedade para a sociedade, concretizando avanços na educação, saúde e assistência social para as populações carentes beneficiadas com projetos demandados desse avanço normativo, existe em seu ímpeto a necessidade de aprimoramento de conceitos e definições de legitimidade. No entanto, ainda há impasse de discussões ideológicas, ao qual apesar de articuladas, às investidas da sociedade civil não tem como competir com os agentes políticos responsáveis pelas análises dos documentos e

³ Lei 9.790/99, Disponível em <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/LEIS/L9790.htm> Acesso em: 24 jun. 2016

sua fiscalização. Essas comissões de avaliação desses documentos são os mesmos que detém o poder legislativo e normativo nesse país.

Seguindo um conjunto de normas fornecidas pelo governo federal, as ONGs ou entidades da sociedade civil, para garantir direitos e conseguir recursos que viabilizem as suas atividades dentro do conceito de seguridade social, devem se legalizarem de acordo com as seguintes normas

Para uma associação ser constituída, não basta a manifestação de uma vontade coletiva, que deve ser registrada em uma ata pública, e a elaboração de um Estatuto Social redigido de acordo com as disposições do Código Civil e da Lei de Registros Públicos. São necessários, ainda, quatro registros obrigatórios, nos três níveis de governo – federal estadual e municipal –, os quais exigem inúmeros requisitos e procedimentos legais que são sistematicamente verificados pelas instâncias administrativas responsáveis. São eles:

Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas,

Toda associação ou fundação deve, para iniciar suas atividades, registrar-se no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas, que é o órgão público competente para tal registro, segundo a Lei 6015/73 (Lei de registros públicos). O Estatuto Social elaborado deve ser assinado por um/a advogado/a. Há ainda um custo financeiro para o registro de uma associação civil, o que, para muitos grupos sociais, serve como um desestímulo à formalização jurídica.

Receita Federal: Para ter movimentação financeira, toda associação deve se inscrever no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), junto à Receita Federal. Somente a partir desse momento é que poderá abrir conta bancária e receber recursos.

Prefeitura: O espaço físico a ser utilizado como sede da associação também precisa ser regularizado perante a Prefeitura Municipal. Para obter o Cadastro de Contribuintes Mobiliários (CCM) e o Alvará de Localização e Funcionamento, a organização deve apresentar o Estatuto Social e a Ata da Assembleia de Constituição, devidamente registrados em cartório, juntamente com o documento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) do local onde funcionará a organização. O citado Alvará deverá ser atualizado periodicamente.

Ministério do Trabalho: Quanto à regularização trabalhista, a organização, mesmo que não tenha empregados/as, deve apresentar documentos e informações anuais (RAIS – Relação Anual de Informações Sociais, e GFIP – Guia do Fundo de Garantia e Informações à Previdência). Além disso, se quiser contratar empregados/as, deverá (entre outras coisas) registrar-se no INSS – Instituto Nacional da Seguridade Social. (ABONG, 2007, p. 48-49)

Analisando ponderadamente, observa-se, a partir de registros normativos que dependendo da área e da forma de atuação da associação, existem inúmeros registros além dos dispostos acima. Por exemplo, entre os títulos e qualificações obrigatórios e/ou facultativos junto ao poder público, que são classificados de acordo com tipo de atividade da instituição. Entre eles, estão o Registro no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS)⁴; Conselho Nacional da Assistência Social

⁴ O registro no Conselho Municipal de Assistência Social é obrigatório para as entidades de assistência social (Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009).

(CNAS); Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS); Utilidade Pública Federal; Utilidade Pública Estadual e Municipal; Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e Cadastro Nacional de Entidades Ambientalistas (CNEA).

Os procedimentos burocráticos são fatores que contribuem para desmotivar iniciativas plausíveis, cujo incentivo necessário poderia se tornar grandes exemplos de atuação social e sustentabilidade coletiva. No entanto, com as barreiras burocráticas e a desvalorização das pequenas iniciativas de grupos não institucionalizados, lhes é vedada a participação em conselhos de políticas públicas e outros espaços políticos que necessitam de institucionalização.

Por mais organizados que sejam os movimentos sociais, eles passam por uma árdua jornada até se institucionalizarem e, depois desse processo, a luta é conseguir incentivos públicos para manter seus deveres jurídicos, fiscais e sociais de acordo o tipo de entidade criada. Para obter tais incentivos a partir de recursos públicos, é necessário que as associações se registrem nos órgãos públicos citados, e/ou obter determinado título ou qualificação concedido pelo poder público. Em contrapartida, a associação deve cumprir determinados requisitos e apresentar uma série de documentos, entre os quais se destacam os de origem obrigatória.

Dentre os registros necessários para cumprir tais requisitos, ganham destaques o Relatório de atividades, Balanço contábil e patrimonial, Atestado de autoridade local (prefeito, juiz de direito, promotor de justiça) de que a organização esteve e está em contínuo funcionamento nos últimos três anos, com exata observância dos princípios estatutários e, por fim, deve constar a qualificação completa dos membros da diretoria e atestado de idoneidade moral.

Depois de tais documentações serem constituídas, todas associações, tem por dever, a cada ano obrigatoriamente, prestar informações a diversos órgãos públicos, “além de manter a sua escrituração e livros contábeis atualizados por (um) profissional da contabilidade” (ABONG, 2007, p. 49).

Em concretude do conceito de ONG e sua formação como entidade ou associação civil, ABONG (2007) esclarece sucintamente que “uma ONG é, portanto, uma organização formalmente constituída, sob o formato jurídico de uma associação civil ou uma fundação, sem fins lucrativos e com o objetivo de promoção e universalização de direitos”.

No âmbito dos levantamentos anteriores, focaliza-se o ponto inerente às discussões desse trabalho, ao qual se discute um mecanismo de organização social que trabalha em prol da coletividade civil e dentro da legalidade jurídica/estatutária com delimitação territorial específica. Dentre as inúmeras ONGs existentes, para fins de nossa Análise, se destaca na região do Semiárido brasileiro, inclusive paraibano, a Articulação do Semiárido (ASA), que luta pela permanência do homem do campo na região Semiárida de nosso país.

Em uma perspectiva social, esse trabalho tende a mostrar a convivência do homem do campo no Semiárido, especificamente na microrregião do Curimataú Oriental paraibano, onde se localiza a cidade de Dona Inês/PB. Contundentemente trazer à tona a nível municipal às questões ligadas ao problema da seca e os impactos causados por ela, além de analisar ações da sociedade civil organizada no combate à mesma, através da análise do “Programa 1 Milhão de Cisternas (P1MC)” da ASA, com foco nas ações que venham somar e enriquecer o diagnóstico de casos referenciados pela rede articulada que promove a adoção da cultura de estoque de água, mobilizando famílias e facilitando a convivência com o Semiárido.

Dentre inúmeros aspectos a serem analisados aponta-se como marco central ao direcionamento da pesquisa as ações das ONGs e sindicatos no fortalecimento desse ideal. O estudo pretende analisar como as ações da ASA estão melhorando a vida dos beneficiados com seus programas de seguridade hídrica e mobilização em Dona Inês? e, como o processo ocorre no meio social? Todavia o fortalecimento de tais iniciativas implica maior organização social camponesa e levantamento de questões como a perda dos costumes e da identidade cultural. A partir desse estudo esperamos compreender a dinâmica das mudanças locais em um universo mais simplificado de transformação social a caminho da emancipação humana.

Compete a este trabalho buscar o engajamento teórico acerca do tema discutido com intuito de aprimora-lo e tornar público para que venha a viabilizar novas pesquisas. O bom e correto andamento da pesquisa, estar relacionada ao uso das informações coletadas até agora por organismo e empresas de ordem públicas ou privadas como o IBGE, IPEA, CPRM, enfim, órgãos que estudam e pesquisam apresentando resultados estatísticos sobre o espaço agrário e as questões políticas/econômicas e sociais que o envolve.

De fato, no âmbito que antecedeu a pesquisa, foi necessária a realização de levantamentos bibliográficos que deu embasamento científico ao trabalho e

condicionou o direcionamento ideológico necessário para o bom desenvolvimento da pesquisa.

O próximo passo implicou na ação empírica e nos levantamentos das informações integradas a pesquisa de campo. Nessa etapa, houve a aplicação de um questionário sócio-econômico-cultural com intuito de coletar informações acerca das condições de sobrevivência no Semiárido, enfatizando o acesso a água e sobre a dinâmica que a envolve, um dos pontos investigados foram às condições em que se encontrava as cisternas conquistadas pela família e, dentre outros aspectos o segundo ponto caracterizou-se pelos mecanismos que infligem na qualidade de vida dos residentes e nos meios como ocorreu o processo de implantação da cisterna.

Os dados coletados foram confrontados com dados oficiais de pesquisas estatísticas sobre condições climáticas, sociais e econômicas do estado da Paraíba englobando o município de Dona Inês/PB, as análises foram pauteadas criticamente e os resultados obtidos são apresentados no decorrer deste trabalho. A pesquisa foi estendida no território que compete o município citado, já o formulário aplicado abrange cerca de 22% das famílias beneficiadas com o programa P1MC da ASA no ano de 2009.

O resultado da pesquisa está atrelado ao empenho e desempenho no processo de coleta de dados durante à depuração das informações coletadas nas pesquisas de campo e laboratório, tal qual em fontes bibliográficas, obtendo o montante da questão analisada. Desse modo, foi possível analisar os conteúdos, lapidando a informação bruta e procurando estabelecer relações críticas para assim proporcionar um ponto aberto de discussão para fins de ampliar e satisfazer em termos analíticos o problema, consolidando as hipóteses apresentadas.

Contudo, as questões analisadas podem servir na contribuição singela para compreensão dos fenômenos sociais que envolvem a ação dos mecanismos da sociedade civil que lutam por melhorias, e subjaz a um sistema capitalista neoliberal que consome tudo e a todos, no impasse de sua lógica de mercado.

Entretanto, as condições teóricas discutidas no decorrer dos próximos itens terão ênfase a partir da crítica precursora da geografia e da análise minuciosa da sociologia, que não deixam de analisar um ponto crucial para este trabalho, o “homem do campo” (campesinato) X capital (capitalismo), na busca por identidade e reconhecimento social no uso de sua cidadania.

1 ASA, DA FORMAÇÃO A RAZÃO SOCIAL.

A Articulação do Semiárido é composta por várias entidades, situadas na área que compete ao Semiárido brasileiro, articuladas com um único propósito: buscar melhorias que auxiliem o homem do campo na convivência com o Semiárido, tanto na convivência com a seca, quanto em incentivos na permanência deste em sua região. Dentre estas instituições estão presentes sindicatos rurais, associações de moradores rurais, assentamentos, igrejas e outras ONGs como o próprio Movimento dos Sem Terra (MST).

A união em rede fortalece o desenvolvimento de políticas públicas e sociais, tendo por missão auxiliar a sociedade civil na construção de processos participativos para o desenvolvimento sustentável e a convivência com a seca proveniente do clima Semiárido. Em suma, defendem a vida camponesa e sua legitimidade, referenciados em valores culturais, e buscam políticas que assegurem uma melhor qualidade de vida e justiça social.

Dessa forma a rede se torna uma “unidade” denominada de ASA. Fundada em 1993 na Paraíba, atua em parceria com algumas instituições da sociedade civil, e, atualmente atua com mais de três mil entidades organizadas em fóruns e redes nos 9 (nove) estados que compõem o Semiárido brasileiro (AL, BA, CE, PE, PB, PI, SE, RN e MG) (ASA Brasil, 2017)

1.1 A busca por igualdade de direitos “projetos pilotos”

A ASA, dentro de sua missão, entende que a água não é só bem de consumo, é um direito humano básico e necessário à vida humana, animal e vegetal. Fazendo-se elemento primordial a insumos e produção de alimentos, é com essa concepção que a ASA desenvolveu um programa de formação e mobilização social que viabiliza a seguridade hídrica das famílias que convivem com o Semiárido.

Os estudos das técnicas agroecológicas e experiências compartilhadas em rede levaram a criação do programa 1 Milhão Cisternas (P1MC), que se compromete a construir 1 milhão de cisternas no Semiárido brasileiro para proporcionar uma vida mais digna a quem depende diretamente dos governos para obter água de qualidade para beber. Esse programa foi pautado como uma das maiores conquistas da ASA, legalmente registrado com o nome de “Associação Programa Um Milhão de

cisterna AP1MC” e mantendo as bases legais que proporcionou a arrecadação de fundos junto ao governo federal, bancos e empresas privadas para seu desenvolvimento.

Junto deste, se analisou que o homem do campo, além de ter água de qualidade para beber, também necessita de alimento e água para produzi-lo. Levando em consideração que o clima não contribui para a produção desse alimento o ano inteiro, pensou-se em um programa que levasse água necessária a esta produção. Assim, foi criado o programa 1 terra e 2 águas (P1+2)⁵, destinado a irrigação para produção de alimentos em regime familiar no período de estiagem. O objetivo do programa é garantir segurança alimentar e nutricional das famílias agricultoras, através do acesso e manejo sustentável da terra e da água para produção de alimentos.

Segundo a ASA Brasil⁶, “esses programas abrigam tecnologias sociais populares de captação e armazenamento de água para consumo humano e para a produção de alimentos”. Além desses programas, a ASA fortalece outras iniciativas como:

- ✓ Construção de um conhecimento agroecológico;
- ✓ Cooperativas de crédito voltadas para a agricultura familiar e camponesa;
- ✓ Bancos ou casas de sementes nativas, ou crioulas;
- ✓ Fundos rotativos solidários;
- ✓ Criação animal;
- ✓ Educação contextualizada;
- ✓ Combate à desertificação.

A ASA também é pioneira em campanhas que vão desde o seu posicionamento em respeito a algumas políticas governamentais de incentivos à agricultura familiar, ao posicionamento político participativo em inúmeras questões de cunho social, ambiental e econômico. É contra o uso de sementes transgênicas usadas pelo agronegócio com os argumentos seguros de que este tipo de manejo

⁵ (P1+2) O 1 significa terra para produção. O 2 corresponde a dois tipos de água – a potável, para consumo humano, e água para produção de alimentos. (Site oficial da Articulação do Semiárido (ASA) Disponível Em: <http://www.asabrasil.org.br/Portal/Informacoes.asp?COD_MENU=1151> Acessado Em: 15 de mai. 2015).

⁶ Site Oficial da Articulação do Semiárido (ASA), Disponível em <http://www.asabrasil.org.br/Portal/Informacoes.asp?COD_MENU=97> Acesso em: 15 mai. 2015.

de sementes é responsável por estar levando à escassez da variedade de sementes crioulas produzidas culturalmente pelo sertanejo a tantas gerações.

Diante de políticas governamentais que vão de encontro a seus princípios, a ASA mantém um posicionamento forte na defesa de seus ideais. Como no caso do novo programa de cisternas do Governo Federal (cisternas de polietileno plástico/PVC)⁷ em virtude dos impactos que venha a causar a longo prazo, e por serem distribuídas apenas em períodos de campanhas políticas alimentando as políticas eleitoreiras, clientelistas, assistencialistas e de dependência que enfatiza a “Indústria da seca” quando quem realmente se beneficiará serão as grandes indústrias, tirando a geração de renda que existia nas construções das cisternas de placas construídas pela sociedade civil.

Em conjunto, se coloca a incentivar a questão de gênero no campo, com discussões sobre a inserção da mulher nas tarefas cotidianas da roça. Em respeito ao seu posicionamento social, lança campanhas de incentivos e valorização da cultura camponesa tradicional, como a campanha “O dia do trabalhador e da trabalhadora Rural”, “Não Troque Seu Voto Por Água⁸” dentre outras.

Todavia, a ASA trabalha em rede, respira em rede, pensa e age em rede, sem a rede de entidades articuladas não haveria ASA. Para aderir a ASA a entidade ou organização da sociedade civil deve aceitar a “Declaração do Semiárido”⁹ (FÓRUM PARALELO, 1999), que estabelece uma carta de princípios que rege sua articulação e seu objetivo.

Em Dona Inês, com a parceria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), igrejas e associações de moradores, a ASA promoveu ações em todo o território do município, chegando aos lugares mais remotos (limites municipais/territoriais)

⁷ O Decreto 7.535 de 26.07.2011 estabeleceu como diretriz para o Programa Nacional de Universalização do Acesso e uso da Água, “Água para Todos”, o fomento à ampliação da utilização de tecnologias, infraestrutura e equipamentos de captação e armazenamento de águas pluviais. O Comitê Gestor Nacional do Programa Água para Todos, integrante do Plano Brasil sem Miséria, sob a coordenação da Secretaria de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Nacional, optou pela cisterna de polietileno por apresentar maior rapidez na instalação da cisterna e permitir total estanqueidade da água armazenada. (Ministério da Integração Nacional, Disponível Em: <<http://www.mi.gov.br/perguntas-frequentes#AGT1>> Acesso em: 15 mai. 2015).

⁸ Oferecer benefícios em troca de água é crime pela Lei Federal 9.840/99, conhecida como Lei de Combate à Corrupção Eleitoral. (Site Oficial da Articulação do Semiárido (ASA), Disponível em <http://www.asabrasil.org.br/Portal/Informacoes.asp?COD_MENU=5637> Acessado em: 15 mai. 2015)

⁹ Em 1999, durante a 3ª Conferência das Partes da Convenção de Combate à Desertificação e à Seca (COP3), no Recife, a sociedade civil organizada e atuante na região semiárida brasileira promoveu o Fórum Paralelo da Sociedade Civil. Esse fórum provocou grande repercussão nos níveis regional e nacional, dando visibilidade às questões do Semiárido brasileiro. É durante o Fórum que a ASA lança a Declaração do Semiárido, se consolida enquanto articulação e propõe a formulação de um programa para construir 1 milhão de cisternas na região.

levando ideias de correto manejo da água, além do aproveitamento da mesma em períodos de estiagem, a acumulação da água das chuvas através da cisterna de placas com capacidade de 16 mil litros de água promovida pelo programa P1MC e outras iniciativas sociais.

1.2 Agricultura familiar, uma visão holística

A ASA com suas políticas sociais de mobilização e articulação camponês e, ao tratar de acumulação de água para consumo e produção, age diretamente no fortalecimento da agricultura familiar sustentável em áreas semiáridas. Porém, em uma perspectiva global, tratar do tema agricultura familiar abre uma lacuna no que diz respeito aos fundamentos neoliberais que regem a dinâmica da economia planetária, focada em monoculturas industrializadas para alimentar os mercados globalizados e avassaladores. A tendência da expansão desse processo no novo século resulta em estatísticas assustadoras, pois estima-se que o modelo de produção atual a longo prazo revelar-se-á insustentável pelo agravamento das condições geoclimáticas do nosso planeta, como reforça Ploeg apud Petersen (2014, p. 3)

Para dar visibilidade a esse *experimento sem controle* desencadeado pela convergência entre a globalização da racionalidade econômica comandada pelo capital e a crescente capacidade tecnológica de transformação do mundo natural, membros da comunidade científica têm defendido a ideia de que adentramos a era geológica do *antropoceno*.

Partindo dessa corrente de pensamento, as novas formas socioculturais/mercantis, técnicas e econômicas demandam uma constante atualização dos meios de produção, necessitando cada vez mais intervir em sistemas ecológicos já fragilizados pela ação antrópica, levando a sua inteira extinção. A pensar que o “pulmão implícito que mantém o planeta respirando” é centrado nos isolados ecossistemas que regulam o metabolismo socioecológico/alimentar das atuais sociedades.

Em termos simplificados, os atores políticos demandam o direcionamento da multiplicidade do tema em questão, não havendo uma abertura para a participação mais efetiva de todos os agentes afetados. Petersen (2014, p. 4) abre um leque de discussões e tenta esclarecer o “x da questão”: “o equacionamento das múltiplas dimensões dessa crise sistêmica cobra a implementação de políticas voltadas a

transformar radicalmente a estrutura e o funcionamento dos modernos sistemas agroalimentares”.

Partindo dessa pauta pontua-se o modelo de agricultura familiar que, no Brasil, em linhas gerais, herda parte da praticada no resto do mundo, exatamente pelo avanço da globalização e porque existe uma normalização que diferencia os dois modelos de produção ao qual, em primeiro lugar, entra o Agronegócio com toda sua ideologia voltada a alimentar o mercado interno e para exportação. Em seguida, vem um modelo de produção em que a principal norma expressa é a caracterização do regime de economia familiar como o trabalho exclusivo e indispensável para a subsistência.

In verbis: “Entende-se como regime de economia familiar a atividade em que o trabalho dos membros da família é indispensável à própria subsistência e é exercido em condições de mútua dependência e colaboração, sem a utilização de empregados” (art. 11, VII, da Lei nº 8.213/91, § 1º)¹⁰.

Nesse modelo de produção cada membro da família exerce seu papel para contribuir na geração de uma renda coletiva e sustentável, diferenciando o estabelecimento familiar dos estabelecimentos agrícola do agronegócio. Este funciona sobre um regime de trabalho assalariado e o conjunto dos lucros monetários na balança comercial é que o caracteriza como mero produtor. Em contrapartida a caracterização dos estabelecimentos familiares vai além da produção de alimentos, sendo o lar da família agricultora: é lá onde ocorrem as relações sociais e integração da família no processo de emancipação cultural do lugar.

Compreende também que o modelo de agricultura familiar não é apenas uma modalidade econômica de produção de alimentos, mas uma agregação de valores hereditários, unindo e moldando o lugar onde ocorre a produção, em um processo histórico entrelaçado a própria paisagem local, sendo impossível diferenciar uma da outra.

Todavia, a relação da família agricultora com o meio onde vive e convive gera uma autonomia fictícia, ao qual, buscando ali alcançar uma liberdade utópica, ou seja, se liberta das relações de exploração exercidas por agentes externos e ganha privacidade para fazer as coisas à sua maneira. Porém, ainda se mantém dependente de um sistema que o condiciona e o rotula.

¹⁰ Disponível em: <<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/104108/lei-de-beneficios-da-previdencia-social-lei-8213-91#art-11>> Acesso em 12 dez. 2016.

Esse mesmo sistema também regulamenta o agronegócio sinteticamente diferenciado dos valores atribuídos a agricultura familiar, pois sua postura e atuação diante da economia e dos valores é bem adverso, sendo que também situar-se em áreas rurais, toda sua estrutura, cultivo de monocultura é concentrada em terras monopólicas, a produção mecanizada a nível industrial que lhes possibilita o controle dos mercados locais, regionais e nacionais.

Nas condições contraditórias entre os dois modelos de mercado, pode-se afirmar que a agricultura familiar ainda é responsável pela variedade de alimentos colocados em nossa mesa, sem falar da qualidade. Porém, o acesso aos mercados está cada vez mais bloqueado, as políticas agrícolas desconsideram as principais demandas e características dos agricultores familiares, “terra e água são massivamente griladas e controladas por grandes grupos do capital” (PETERSEN, 2014, p. 12).

2 SEMIÁRIDO, DEMOCRACIA E TERRITORIALIDADE

O Nordeste brasileiro sofreu e sofre com um histórico de pobreza e fome que lhe foi atribuído pela mídia nacional e políticos aproveitadores que juntavam alguns eventos isolados e transformavam em situações alarmantes, criando para o resto do país uma imagem de miseráveis flagelados pela seca. No entanto, Malvezzi (2007) ressalta que o Semiárido brasileiro não é apenas clima, vegetação, solo, sol ou água. É povo, música, festa, arte, religião, política, história e processo social. Não se pode compreendê-lo de um único ângulo. Nesse sentido, Cirilo; Góes; Asfora (2007) trazem à tona que a seca do Nordeste não é uma questão de agora ou das últimas décadas, mas de uma longa data passada: o histórico de miseráveis foi construído ao longo dos anos por políticos e pela mídia. Os autores completam que

Fernão Cardin (citado por Souza 1979) (sic!) relata que houve uma grande seca e esterilidade na província (Pernambuco) e desceram do sertão, ocorrendo-se aos brancos no litoral cerca de quatro ou cinco mil índios. Também merece destaque a citação ao Professor João de Deus de Oliveira (Paulino 1992) (sic!) que relata movimentos dos Tabajaras e Kariris acossados pelas secas. Depreende-se dessas narrativas que os movimentos migratórios já aconteciam dos sertões mesmo em uma época de baixa densidade demográfica (CIRILO; GÓES; ASFORA, 2007, p. 86).

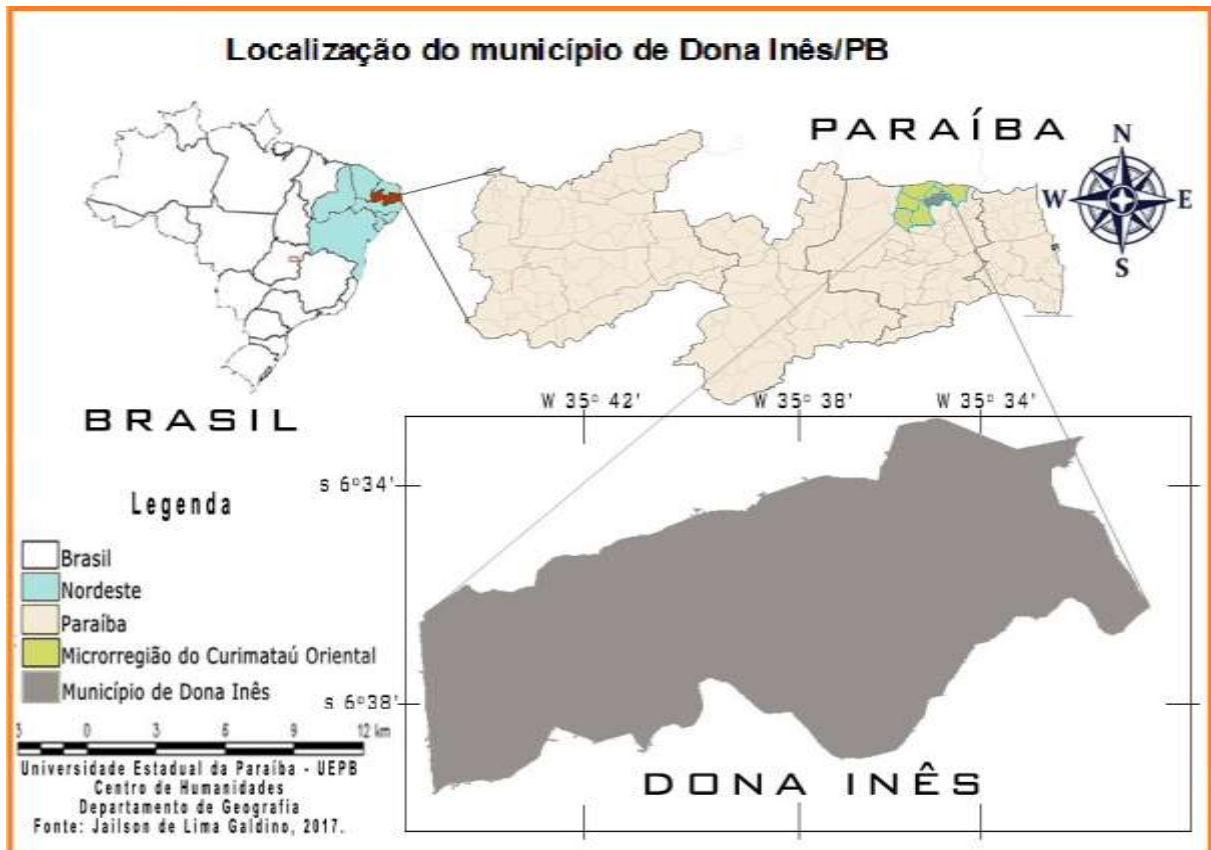
No entanto, entender o que se passa nos dias atuais requer uma linha histórica de observações para chegar a conclusões de que as estiagens no Nordeste aconteceram no passado e irão continuar acontecendo em datas vindouras. Pensando dessa forma fica uma questão, o que pode se fazer para inverter o quadro das catástrofes climáticas do passado? apontado como um dos caminhos, defendido hoje pela sociedade civil, implica em seguir as técnicas agroecológicas desenvolvidas até o momento, que prepara os habitantes de terras semiáridas para a convivência com esse tipo clima.

2.1 Caracterização geoambiental do município de Dona Inês/PB

De acordo com a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM, 2005), o município de Dona Inês está localizado na Microrregião do Curimataú Oriental e na Mesorregião Agreste paraibano do estado da Paraíba. Sua área é de 132 km², representando 0,2347% do Estado, 0,0085% da Região e 0.0016% de todo o território brasileiro. A sede do município tem uma altitude aproximada de 421 metros, distante 101,2299 km da capital. O acesso é feito, a partir de João Pessoa, pelas rodovias 103/PB, 104/PB, 105/PB e 230/BR (CPRM, 2005) (mapa 1). A

população do município é de 10.517 habitantes e apresenta uma densidade demográfica de 63,29 hab/km² segundo dados do censo demográfico de 2010 (IBGE, 2010)

Segundo o Atlas da Paraíba (2008), o clima do município de Dona Inês, na classificação climática de Köppen, é do tipo As' com características quente e úmido com chuvas de outono e inverno, atingindo desde o litoral em uma extensão



Mapa 1: Localização de Dona Inês/PB referente ao Brasil,
Fonte Jailson de Lima Galdino, 2017.

aproximada de 100 km. Sua característica é de chuvas abundantes, porém, apresenta períodos de estiagem de cinco a seis meses/ano. O regime pluviométrico depende da Massa Tropical Atlântica. A época chuvosa inicia-se no mês de fevereiro ou março, prolongando-se até julho ou agosto. O período seco começa em setembro e estende-se até fevereiro. Por ser típico do litoral brasileiro, esse tipo de clima apresenta amplitude térmica anual muito pequena em função da baixa latitude. As temperaturas anuais ficam em torno de 27° C e a umidade relativa do ar gira em torno de 78%.

De acordo com o (CPRM, 2005), o município de Dona Inês está inserido na unidade geoambiental dos Serrotes, Inselbergues e Maciços Residuais. As áreas

dessa unidade situam-se em altitudes de 200 a 500 metros, compreendendo elevações geralmente formadas por grandes penhascos rochosos, que ocorrem em algumas áreas das planícies dos sertões de Sergipe, Alagoas, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte. Nos piemontes dessas elevações são frequentes os solos profundos e de alta fertilidade natural.

O clima de Dona Inês é quente, com chuvas de inverno. O período chuvoso começa na estação do outono tendo início em fevereiro e término em agosto. A precipitação média anual é de 750mm. O município encontra-se inserido nos domínios da bacia hidrográfica do Rio Curimataú. A vegetação é de Caatinga Hipoxerófila, com pequenas áreas de Floresta Caducifólia. Essa região é um pouco menos úmida que o litoral e o brejo que a limitam, e isso se reflete na hidrografia com rios temporários, nos solos rasos e pedregosos e na vegetação do tipo acatingado. O potencial hidrogeológico varia de baixo a muito baixo. Apenas sete poços foram cadastrados no CPRM e apresentaram profundidade e vazão médias de 49 metros e 5,5 l/s, respectivamente. A qualidade da água é bastante comprometida, devido à alta salinidade (CPRM, 2005).

2.2 O Semiárido brasileiro e a seca

A região Nordeste do Brasil “se situa entre as latitudes 1° e 18° 30’ S e as longitudes 34° 30’ e 40° 20’ W e ocupa a área de 1.219.000 km²” (CIRILO; GÓES; ASFORA, 2007, p. 33). O mesmo abriga a região semiárida do país, ocupando uma área de 982.563,3 km² equivalente a 18,2% do território brasileiro aproximadamente um quinto do seu total. A região abrange os estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, limitando-se com as regiões Norte (a oeste), Centro-Oeste (a sudoeste), (ao sul), além de ser banhado pelo oceano Atlântico (ao norte e leste) (MI/MMA/MCT, 2007)¹¹.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE (2010), vivem nessa região 53.081.950 pessoas, abrigando cerca de 28% da população residente no Brasil, dos quais 8,6 milhões estão localizados em áreas rurais, cabendo a essas populações o esforço de viver sob o clima Semiárido e conviver face a face com a seca constantemente. As condições climáticas dessa região implicam o agravamento do quadro atual, ou seja, alguns pontos podem evoluir de Semiárido

¹¹ MI/MMA/MCT, 2005, Nova Delimitação do Semiárido Brasileiro, Disponível em: <http://mapas.mma.gov.br/mapas/aplic/atlasrh/pdf/regiao_semi_arida.pdf> Acesso Em: 19 Nov. 2016.

para árido, a exemplo da área delimitada como “polígono das secas”, onde há um sintoma claro de desertificação. Segundo a Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação (UNCCD), a desertificação consiste no processo de degradação das terras em regiões áridas, semiáridas e subsumidas (CIRILO, 2008).

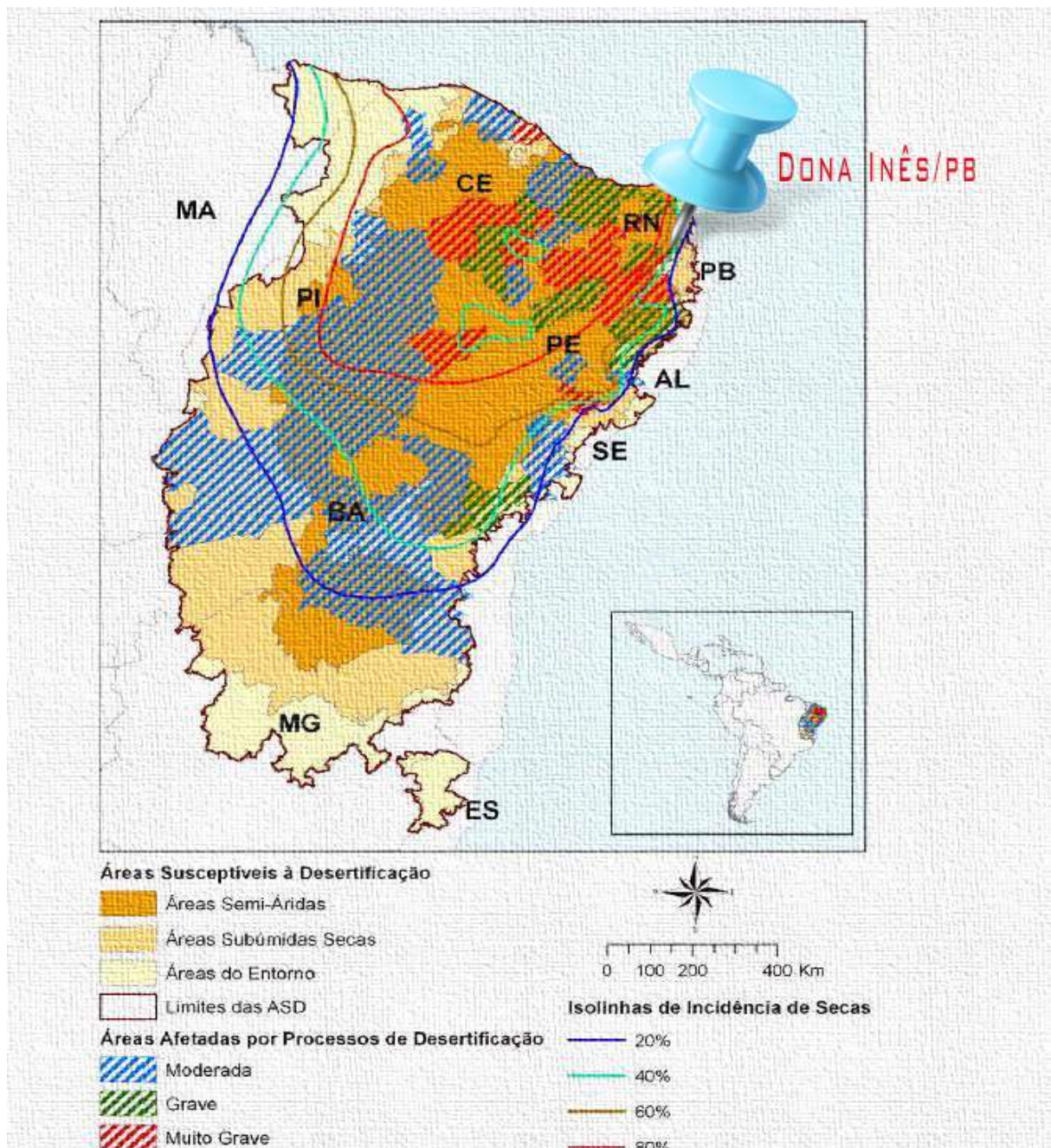
Cirilo; Góes; Asfora (2007), nos orientam que a criação da área denominada Polígono das Secas ocorreu a partir da Lei nº 175 de janeiro de 1936, como área a ser objeto das políticas de combate às secas. Os autores também afirmam que o polígono das secas, foi por várias vezes, modificado, tendo sido, inclusive, inserido na Constituição Federal de 1946. Atualmente, o Polígono foi substituído pela Região Semiárida do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (MMA, 2004). O Ministério da Integração Nacional (BRASIL, 2005, 2007) redefiniu os limites da região semiárida Nordestina.

A região semiárida brasileira foi criada pela lei federal nº 7.827, de 27 de setembro de 1929. “O critério adotado para sua delimitação foi a precipitação pluviométrica média anual inferior a 800 mm, ficando a cargo da SUDENE a tarefa de definir os limites desta região” (MI/MMA/MCT, 2007, p. 24).

Há um histórico de intervenções governamental no que diz respeito ao combate à seca no Semiárido e, dentro desse histórico, engloba uma série de críticas sobre manipulação de populações em torno do problema de falta de água, a partir dos anos 1960 após Antônio Callado usar o Correio da Manhã para denunciar os problemas da região do Semiárido brasileiro, surge um termo que se popularizou com o tempo e com as repetições das práticas políticas arcaicas, à famosa “indústria da seca” aparece apontado como um dos grandes problemas na região.

O governo federal ao longo dos anos vai criando mecanismos para amenizar os efeitos da seca, como é o caso do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e por fim criada em 1945 a Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF), integrando os investimentos concretos do governo contra a seca (MALVEZZI, 2007).

O mapa 02 mostra as áreas susceptíveis à desertificação no Semiárido Brasileiro. Podemos observar claramente esse fenômeno e sua área de atuação.



Mapa 2: Programa de Combate à desertificação - PROÁGUA SEMIÁRIDO – ANTI-DESERTIFICAÇÃO.

Fonte: OTAMAR, 2006

2.3 A conquista de uma identidade

Os movimentos sociais de modo geral, sempre existiram, caracterizados por serem respostas de indignação da sociedade as ações da classe dominante. “Coletivamente organizados, têm a finalidade de buscar mudanças ou até mesmo estipular a possibilidade de construção de uma nova ordem social” (AZEVEDO, 2010, p. 217). Segundo Pinsky apud Azevedo (2010), os movimentos sociais no Brasil ganharam força a partir do final dos anos 1970, a exemplo do movimento sindical e as organizações estudantis. Nessa mesma data, com a instabilidade econômica, estourava as greves dos metalúrgicos que paralisaram as indústrias de São Paulo, e a greve dos bancários.

Para Maia (2009), os movimentos sociais vão incluir parcelas mais amplas da sociedade a partir dos anos 1980, quando surgem, conseqüentemente, os movimentos ecológicos, que transcendiam a divisão política nacional, e também o movimento em defesa dos direitos do consumidor. A ação social que legaliza todos esses movimentos surge no Brasil na década de 1990 é um novo tipo de mobilização e organização social inexistente até então, as Organizações Não Governamentais (ONGs) para “designar organizadamente a normalização dos movimentos em cunho de entidades da sociedade civil, em referência a todo movimento social em ação” (PINSKY apud AZEVEDO, 2010, p. 216).

As ONGs espalhadas em todo o Brasil vão ganhando destaque, principalmente as do Nordeste brasileiro, onde se localizam as áreas semiáridas. Como afirma Malvezzi (2007, p. 19), é “preciso salientar o papel importante de muitas ONGs na atual conjuntura, particularmente as quase oitocentas que integram a Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA)”. Essas associações trazem para o meio popular muitos técnicos com formação universitária, que ajudam a pensar a convivência com o Semiárido.

De acordo com Malvezzi (2007), devemos promover a convivência com o Semiárido, e não mais o combate à seca como faziam os governantes, pois a seca é um fator climático natural e não se combate ameniza-se os efeitos. Nessa perspectiva é que surge a ASA, que gerencia hoje os dois maiores projetos de captação de água da chuva no país: “Um milhão de cisternas P1MC” e “Uma terra e duas águas P1+2”. A iniciativa e o trabalho operacional são feitos pela sociedade civil, com apoio de recursos sociais, federais e privados.

3 A ASA E COMO ESTÁ ORGANIZADA

A Articulação do Semiárido é composta por organizações da sociedade civil localizadas na região semiárida brasileira. Organizadas em rede, reúnem-se em assembleias a nível microrregionais ou regionais, para compartilhar experiências entre elas e, juntas, travam uma árdua batalha para tentar levar de forma homogênea a democratização da água e seguridade social a todos os residentes no território agrário do Semiárido brasileiro que sofrem não só com a escassez da água, mas também com o monopólio da água existente, ligadas direta ou indiretamente a propriedade privada e ao agronegócio.

Desde sua formação, em 1993, a ASA vem agregando novas entidades a sua causa, expandindo os leques da sua rede de organizações que, paralela ao estado procuram provar que é possível reformular as bases estruturais do modelo de desenvolvimento rural gerador da insegurança alimentar no Semiárido. Acreditam também que o Estado tem, por dever, apoiar as iniciativas da sociedade civil, levando sempre a suas bases de discussões a ideologia que “só com a participação cidadã de uma sociedade civil ativa será possível efetivamente democratizar o Estado” (ASA, 2017).

Em linhas gerais, o processo de formação como articulação da ASA foi pautada diretamente na ação participativa e na defesa da proposta de convivência com o Semiárido, mantendo como foco principal as iniciativas que assegurassem o direito e acesso à água. Todavia, no Semiárido, água é vida, mas também é poder, é assistencialismo, é monopólio, é saúde e flagelo dependendo de sua qualidade, é motivo de disputas, de lazer e de luxo, e foi também a precursora das iniciativas da ASA.

O Semiárido ainda mantém uma ferida no que diz respeito não só às condições climáticas da região, mas, também, o descaso das autoridades quando se refere às políticas de seguridade hídrica e alimentar de forma preventiva e não mais emergencial, como acontece até os dias atuais. Fica o clamor dos afetados pelas secas e fragilizados pela posição social atrelados no processo histórico de um território já visto outrora como o centro econômico do país e, de lá para cá, como a região precursora da miséria e da subnutrição existente nesta nação.

Em outras palavras, esse fenômeno caracterizado por constantes estiagens, surte impactos fulminantes no desenvolvimento econômico dessa região, reduzindo

muito além das fontes de água, os suprimentos necessários a integridade alimentar/nutricional daquela população, revelando uma imagem social que Josué de Castro ao se referir às regiões do mundo no mapa da pobreza com níveis elevados de subnutrição e vitamínicos chamou de “áreas do milho”. E completa

São epidemias de fome global quantitativa e qualitativa, alcançado com incrível violência os limites extremos da desnutrição e da inanição aguda e atingindo indistintamente a todos, ricos e pobres, fazendeiros abastados e trabalhadores do eito, homens, mulheres e crianças, todos açoitados de maneira impiedosa pelo terrível flagelo das secas. (CASTRO, 2008, p. 157).

Essa visão de Josué de Castro, engloba o espaço delimitado do Semiárido do Sertão nordestino, e torna público a face do sofredor homem do campo, abandonado a própria sorte, nos vastos sertões desse país. A falta de uma política localizada, ou seja, voltada aos moradores dessa região que convive com esse tipo de clima, consistiu no agravamento dos parâmetros da subsistência camponês, gerando um alto fluxo migratório para os grandes centros econômicos do país, e com a ausência de vida humana e biológica, alimenta ainda mais as probabilidades de desertificação dessas áreas afetadas.

Com base nos conceitos apresentados, as instituições civis representantes dessa parcela da população do Semiárido que antes isoladas não podiam fazer muito para amenizar o quadro, só então na “Conferência das Partes da Convenção de Combate à Desertificação e à Seca (COPS) da Organização das Nações Unidas (ONU), realizada no Recife-PE” e com a criação da “Declaração do Semiárido” que houve um pensamento coletivo em prol da causa em questão (ASA, 2015).

Resultado dessa união de força popular, para fins de adquirir recursos perante os órgãos federativos e instituições financeiras privadas, a recente rede ASA já à 9 anos de atuação, no ano de 2002, criou uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) denominada Associação Programa Um Milhão de Cisternas (AP1MC) para poder agir dentro da legalidade institucional estatutária e legalmente buscar convênios e parcerias para começar gerir o comprometimento de construir 1 milhão de cisternas no espaço agrário do Semiárido.

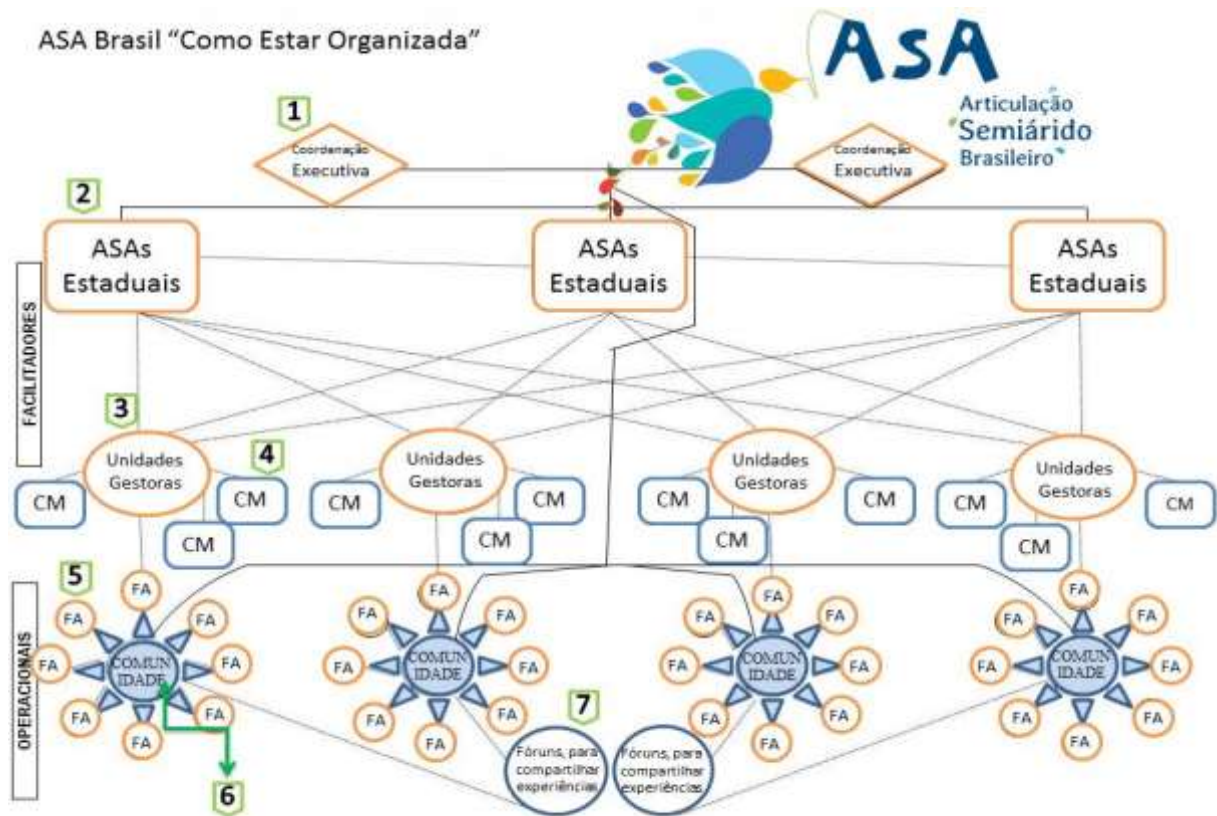
Essa associação procura manter uma ética de igualdade perante as instituições membros da articulação, dividindo em pé de igualdade deveres e responsabilidades pelas ações, projetos e iniciativas de grupos. Porém, mesmo integrante da rede, e aceitando a Declaração do Semiárido, a entidade civil ainda

tem sua razão social inalterada pela integração em rede, fazendo com que essa instituição possa agir também de forma independente. Com esse princípio de rede participativo e ao mesmo tempo independente é que rege uma ligação democrática entre os integrantes da articulação.

A forma de participação democrática entre os membros da ASA na AP1MC é coletiva e, simultaneamente autônoma, tanto que em seu organograma de representação elas não procuram se identificar de forma hierárquica como a representação de uma empresa comum, mas em forma de círculo, nunca por exemplo, em forma de pirâmide, pois acreditam que deste modo o círculo coloca em níveis iguais todos, instituições participantes, unidades gestoras, ASAs estaduais, comissão executiva e famílias integradas.

O organograma 1, mostra a representação da rede ASA para fins de compreensão da complexidade da articulação.

Em seguida, o organograma 2, traz todos os níveis da Associação Programa 1 Milhão de Cisterna, mostrada na forma original que a rede considera igualitária a todas as esferas e níveis da articulação.



Organograma 1: Representação da rede ASA¹²
 Fonte: Jailson de Lima Galdino, 2017

1. **A Coordenação Executiva:** é constituída por vinte instituições, duas de cada estado, uma titular e outra suplente, ficando dez titulares e dez suplentes.
2. **As ASAs Estaduais:** também chamadas de Fóruns Estaduais de Convivência com o Semiárido. As articulações ou fóruns dos nove Estados são autônomas, independente da rede articulada, contanto que obedeça a declaração do Semiárido.¹³
3. **As Unidades Gestoras Microrregionais "UGM":** são responsáveis pela gestão dos programas da ASA a nível regional e microrregional.
4. **Comissões Municipais:** são compostas por no mínimo três instituições a nível municipal, e são responsáveis pela articulação e mobilização das famílias beneficiadas.

¹² Organograma disponível em: <httpimages.slideplayer.com.br247569132slidesslide_5.jpg> acesso em 18 de novembro de 2016 Alterado por GALDINO, J. L. Acesso em 18 nov. 2016

¹³ Cada ASA Estadual elege duas instituições para representar o estado na comissão executiva da ASA Brasil.

organograma, a articulação defende o seu conceito de trabalho igualitário perante as instituições membros, e sua forma de organização como gestores civis de recursos públicos de caráter social.

Essa representação classifica-se da seguinte forma: no centro, o círculo em vermelho, está a coordenação executiva representado pelas instituições citadas no “item 1” do organograma 1, porém, dentre elas, é escolhido em assembleia geral, a cada 2 anos, a presidência da associação, que será responsável por manter a articulação no rumo democrático visto como uma figura articuladora.

Abrindo o círculo, representado pela cor verde, também escolhidos em assembleia geral, além do presidente, está o vice-presidente e mais três diretores escolhidos dentre a Coordenação Executiva, formando a Diretoria Executiva da AP1MC, cuja responsabilidade é o acompanhamento mais estreito das dinâmicas da AP1MC.

O terceiro círculo, partindo do núcleo, representado pela cor lilás, estão as 05 equipes técnicas que assessoram a Coordenação Executiva e, conseqüentemente, a Diretoria Executiva, são elas: a Coordenação do P1MC; a Coordenação do P1+2; a Assessoria de Comunicação; a Auditoria Interna da AP1MC e a Assessoria de Suporte às Ações da Coordenação Executiva.

Representada pela cor azul, estão as demais esferas que viabilizam o processo das ações da ASA na AP1MC, elas assessoram a Coordenação Executiva e as equipes técnicas, que por sua vez, são assessoradas pela Coordenação Administrativo-Financeira. Esta coordenação é responsável por gerenciar os recursos humanos e financeiros mobilizados para a implementação dos quatro programas da AP1MC (P1MC, P1+2, Cisternas nas Escolas e Sementes) e está dividida em sete setores, visando o cumprimento eficaz e eficiente de suas funções (ASA, 2016).

3.1 Dos recursos adquiridos

A AP1MC já foi mostrada como a saída encontrada pela ASA para conseguir recursos, mas o que a ASA fazia antes da AP1MC? levando em consideração o tempo em que ela já se articulava entre organizações da sociedade civil até chegar a formalização institucional. No entanto, muitos dos movimentos ligados à ASA já eram institucionalizados com sua própria razão social, o que os movia era o

pensamento coletivo em defesa daqueles que estavam a enfrentar as causas das estiagens no Semiárido.

Essas ações pautadas nas experiências individuais de cada grupo civil, até então isolados, podem ganhar mais força com a uniformidade da rede, dinamizando iniciativas, como por exemplo a criação de fundos rotativos solidários para gerir recursos dentro de uma determinada comunidade, construindo cisternas com pouco recurso e promovendo a mobilização social fortalecendo vínculos cidadãos referenciados nos mutirões que envolviam várias famílias na construção de cada cisterna.

O conjunto dos esforços da rede ASA foi árduo até conseguir recursos federais, e engloba desde desenvolvimento de projetos sustentáveis até experiências já desenvolvidas e vivenciadas pelas instituições membros, além da parte burocrática. Inicialmente a proposta de construção de cisternas para as famílias rurais do Semiárido foi apresentada em 1999 ao “então Ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, tendo sido bem acolhida” (BRASIL, 2005, p. 25), posteriormente encaminhada para análise, surgiu nesse ato o Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC)” em agosto de 2001, a ONG Diaconia, integrante da ASA, firmou convênio com a Agência Nacional de Águas (ANA). Foram construídas 12.743 cisternas por meio do Convênio, que vigorou até julho de 2003” (BRASIL, 2005, p. 25).

A partir dessa data, o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA) passou a ser intermediador entre Governo Federal e a rede ASA, mais adiante sucedido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) assinando um termo de parceria com a AP1MC para viabilizar o programa de construção de cisternas no Semiárido.

Essa parceria, proporcionou inúmeros benefícios aos que necessitavam de água e não tinham condições de investir em recipientes de acumulação e aproveitamento da água das chuvas. Além da parceria com o poder público, a ASA também compactua com inúmeras instituições privadas e civis que atuam como financiadoras das ações, algumas com referências internacionais. O gráfico 1 mostra as cisternas construídas com a parceria entre a ASA e a MESA/MDS no período de 2003 a 2005.

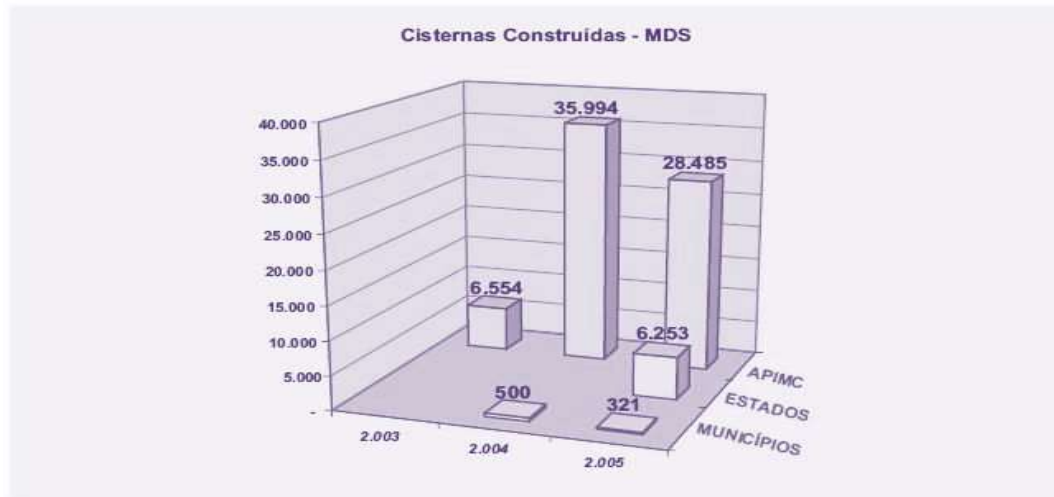


Gráfico 1: Cisternas Construídas com a parceria ASA e MESA/MDS nos anos de 2003 a 2005.
Fonte: BRASIL, 2005¹⁴

Essa representação gráfica mostra o resultado da ação dos agentes civis na gerência de recursos públicos de forma democrática indistinguívelmente distribuídos dentre os necessitados enquadrados nas normas seletivas do P1MC, que serão tratadas mais adiante, havendo uma quebra nos modelos clientelistas e politiqueiras nas distribuições de recursos para amenizar os efeitos da seca no Semiárido.

3.2 Das parcerias, convênios e prestação de contas

Tratando-se de recursos públicos e de gerência de políticas públicas, entra em cena o fator x da democracia, a transparência na gestão e no uso desses recursos para fins de prestação de contas, não só aos agentes financiadores dos programas, mas a coletividade civil envolvida no processo. Nessa perspectiva a ASA manteve-se flexível perante os órgãos fiscalizadores, para poder atender da melhor forma as suas exigências. Como afirma o Tribunal de Contas da União em relatório no item 2.76, concluindo que

A análise dos controles exercidos em relação às cisternas construídas a partir do termo de parceria firmado com a AP1MC revelou que a maior parte das iniciativas é desenvolvida por aquela entidade e não pelos gestores do MDS. Em relação aos convênios firmados com os estados, conclui-se, também, que os controles são pouco efetivos, já que o sistema informatizado concebido para auxiliar o gerenciamento ainda não foi implantado plenamente (BRASIL, 2005, p. 38).

¹⁴ Gráfico 1. Total de Cisternas Construídas com Apoio do MESA/MDS. 2003 a 2005 Fonte: BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Cisternas com Para Captação de Água da Chuva (tabelas diversas). I: Em 2003, a execução começou a ser desenvolvida a partir de julho de 2003. II: Os valores de 2005 estão computados até 31/10/2005. (BRASIL, 2005).

Habilitada pelos órgãos fiscalizadores cumprindo metas, prazos e mantendo-se transparente, a ASA ganhou reconhecimento, e nos dias atuais já firma parcerias e convênios com uma diversidade de setores da sociedade, financiadores de seus programas, a exemplo: Com o setor público a ASA mantém vínculo com o Governo Federal (MDS, MDA, MMA, INSA, EMBRAPA e CONSEA Nacional), com agentes civis externos e cooperação internacional (OXFAM, DED, CEVI, AECID, MISEREOR, Fundação AVINA) e com a iniciativa privada (FEBRABAN, PEPSICO, FBB, SEBRAE,), mais o BNDES, CEF.

O Gráfico 2, mostra a origem dos recursos da ASA distribuídos de acordo com cada setor financiador.

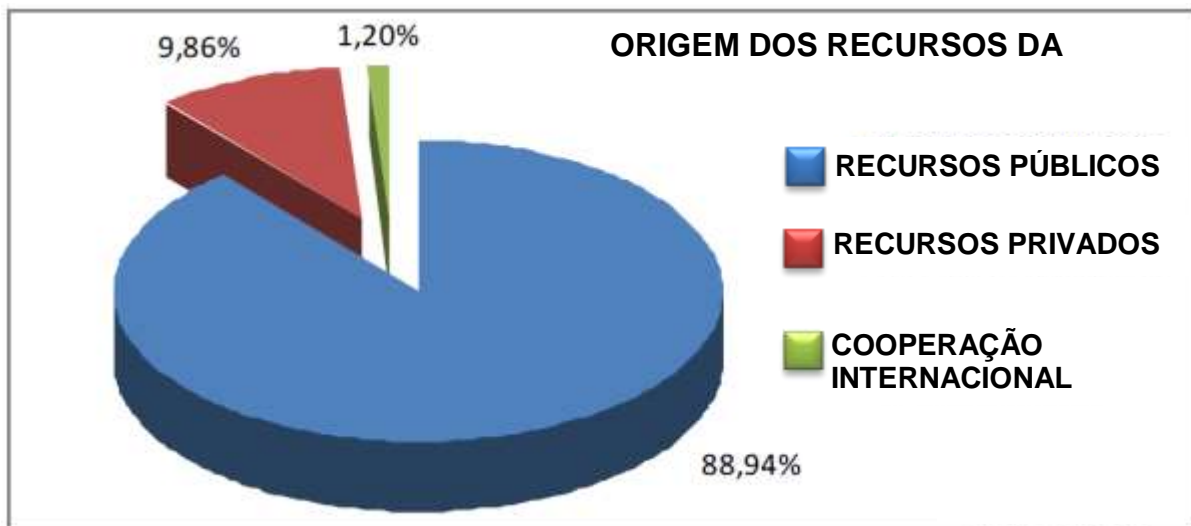
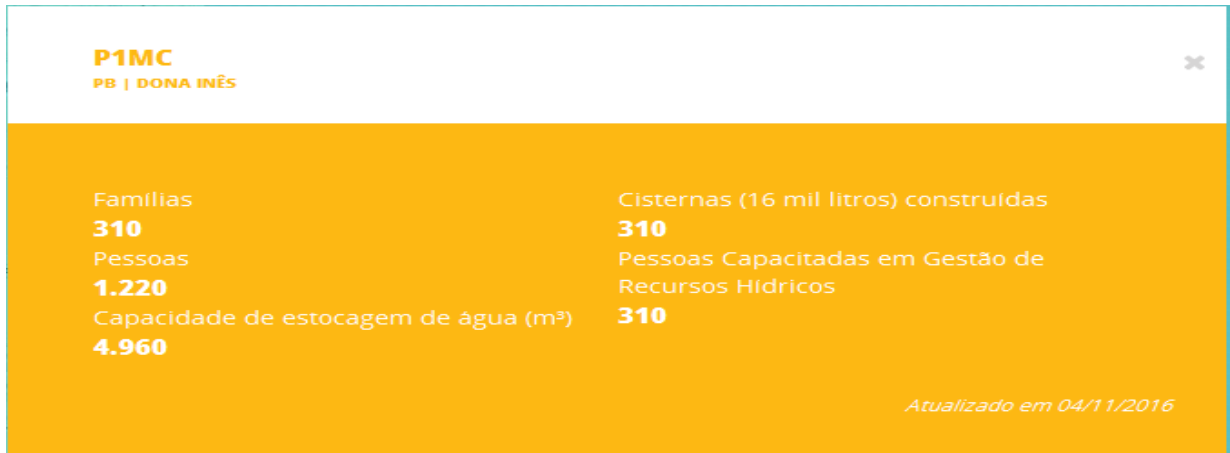


Gráfico 2: Origem dos recursos da ASA na AP1MC,
Fonte: ASA, Brasil

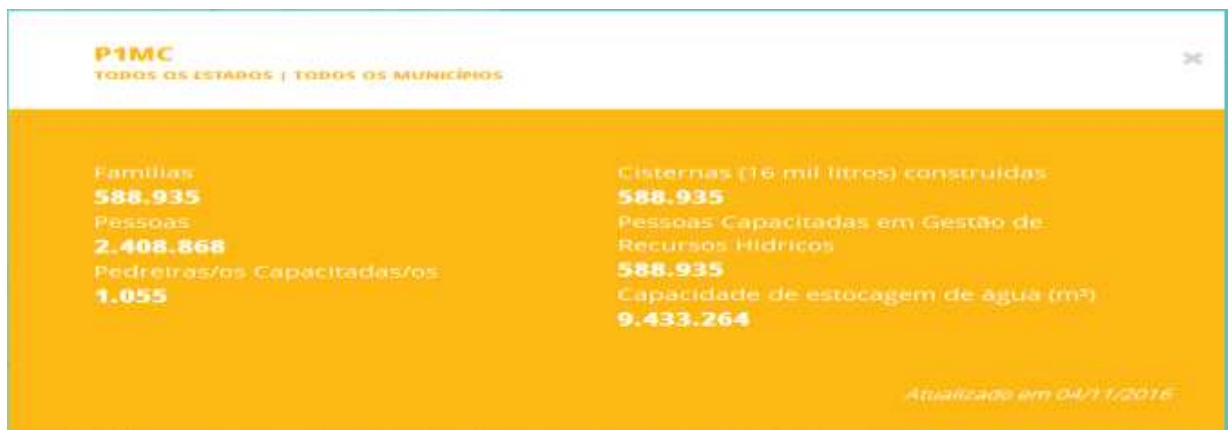
A ASA em conjunto com a Fundação Grupo Esquel Brasil (FGEB)¹⁵, desenvolveu um Sistema de Informação, Gestão e Auditoria (Siga), com o apoio do Banco Mundial ou Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) e da Agência Nacional de Águas (ANA). Para poder acompanhar as iniciativas da AP1MC de forma informatizado e instantânea. Com esse sistema a ASA pode efetivamente dar clareza das ações, transparência e agilidade no processo de prestação de contas satisfazendo os órgãos fiscalizadores.

¹⁵ A Fundação Grupo Esquel Brasil - FGEB – integra o GROUP ESQUEL, uma rede de organizações não-governamentais dedicadas ao fortalecimento da cidadania, no sentido da construção de novas formações econômicas e sociais para o desenvolvimento sustentável na América Latina. (Disponível em < <http://www.esquel.org.br/apresentacao>> Acesso em 22 mar. 2016)

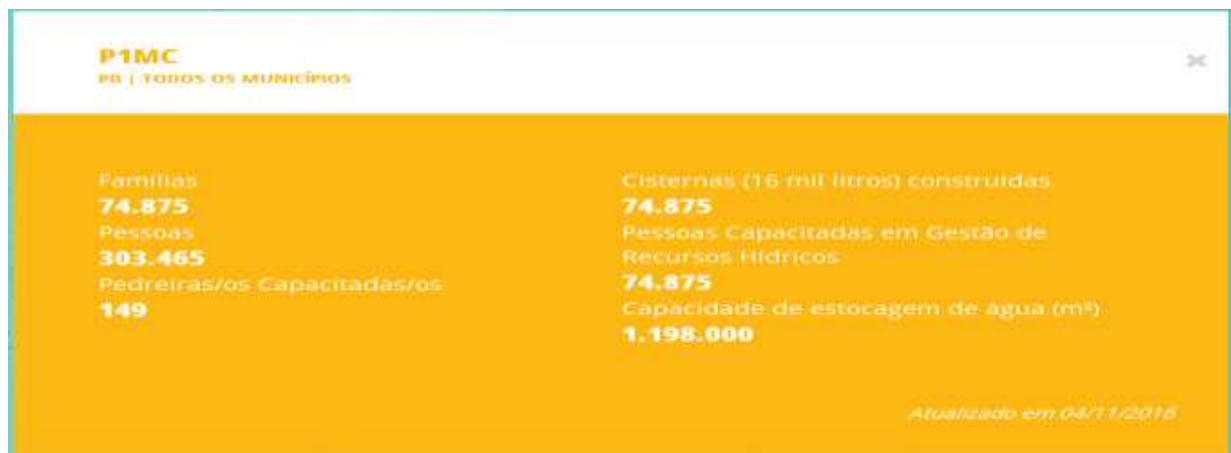
Essas conquistas fiscais perante tais órgãos, têm proporcionado a continuação mais acentuada do P1MC com a socialização dos recursos aplicados aproximando-se de sua meta básica que é construir 1 milhão de cisterna no Semiárido. Diante do exposto os quadros 1, 2 e 3 revelam a dimensão dessas conquistas em dados concretos e quantitativos.



Quadro 1: Famílias Beneficiadas pelo programa P1MC em Dona Inês/PB até o Ano de 2016.
Fonte: ASA, 2017



Quadro 2: Famílias beneficiadas em todos os Municípios do estado da Paraíba até o Ano de 2016.
Fonte: ASA, 2017



Quadro 3: Dados do programa P1MC em todos os estados da região Semiárido brasileira e em todos os municípios até o Ano de 2016.
Fonte: ASA, 2017

4 TECNOLOGIAS SOCIAIS APLICADAS

Á mais de quarenta anos um pedreiro do Município de Simão Dias conhecido como Nel, vivia em São Paulo e aperfeiçoou uma técnica para construir cisterna a partir de placas de cimento pré-moldadas, usando conhecimentos adquiridos com a construção de piscinas com que trabalhava. A técnica ganhou aceitação pelo baixo custo de execução, se comparado aos custos de construção de uma cisterna com materiais comuns, espalhando-se pelos estados da Bahia, nos municípios de Paulo Afonso, Conceição do Coité (ASA, 2016)

As cisternas de placas utilizada pela AP1MC segue de certa forma a tecnologia original e tem capacidade de armazenar 16 mil litros de água, que segundo a ASA, é capaz de suprir as necessidades hídricas básicas de uma família com pelo menos 6 pessoas, durante o período anual de estiagem. Porém a água acumulada de acordo com o programa P1MC deve ser usada apenas para beber cozinhar e escovar os dentes.

A tecnologia usada para construção da cisterna é bem simples, é toda construída com placas de cimento pré-moldados, possui um formato cilíndrico, são instaladas bombas manuais para retirada da água, e em todas são colocadas uma placa de cerâmica para identificação, com o número da cisterna que representa a quantidade de cisternas já construídas até o momento pela ASA, além das calhas, tampas, coadores, e cadeado para vedação da tampa. A imagem 1, referencia essa tecnologia nas cisternas implantadas no município de Dona Inês/PB.

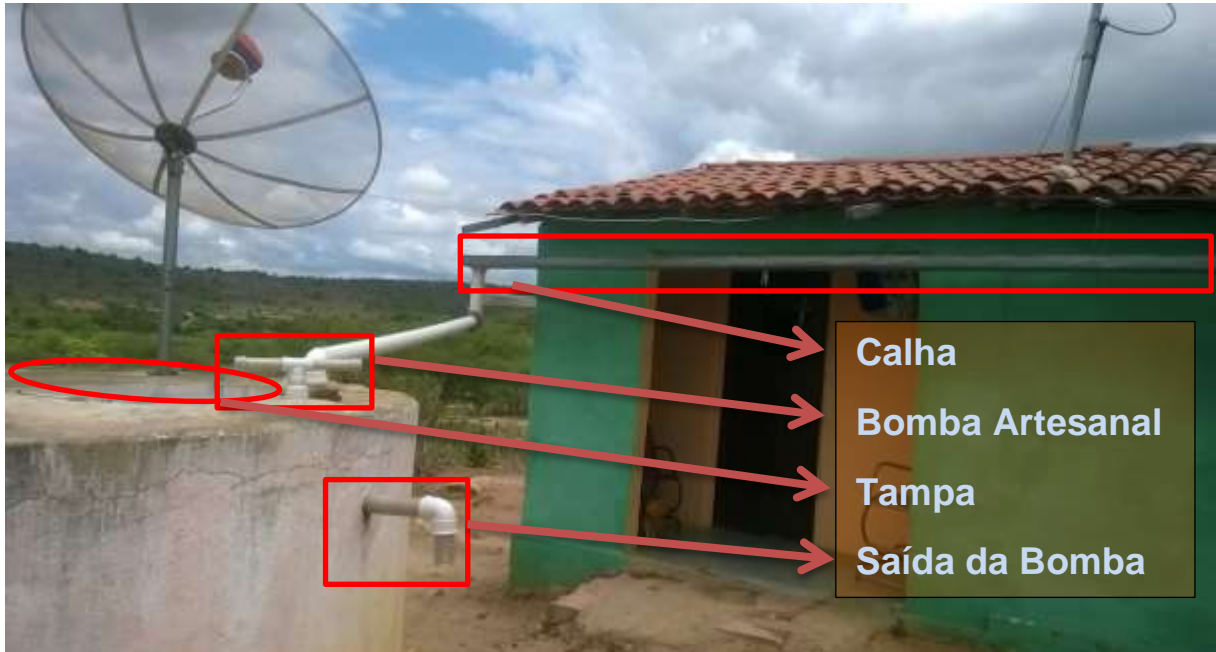


Imagem 1: Tecnologia aplicada nas cisternas da ASA no município de Dona Inês/PB, cisterna localizado no sítio caiçara deste município.
 Fonte: Jailson de Lima Galdino, 2017.

Na fase inicial da aplicação do programa é realizada uma formação com os pedreiros da comunidade e regiões próximas, para inteirar-los de todo o processo de construção, desde as confecções das placas até o acabamento e instalação das calhas. A razão de escolher pedreiros da região e entornos onde está sendo aplicado o programa P1MC, tem a finalidade de gerar renda para a comunidade durante a realização do programa.

Segundo a ASA, em todo o processo de construção a família estará inserida direta ou indiretamente. Na fase inicial compete a família cavar o buraco que servirá de base para a cisterna. Porém essa tarefa fica mais dinâmica se for realizada de forma comunitária para viabilizar e promover o fortalecimento da organização comunitária. As experiências mais comuns são os mutirões das famílias já citados anteriormente. As imagens de 2 a 5 mostram um pouco o resultado da mobilização dessas famílias em Dona Inês.



Imagem 2: Placa na Cisterna da P1MC localizada em residência de uma famílias do Sítio Caiçara, município de Dona Inês/PB
Fonte: jailson de Lima Galdino



Imagem 3: Residência de uma família beneficiada com as cisternas da P1MC, localizada no Sítio Caiçara, município de Dona Inês/PB,
Fonte: Jailson de Lima Galdino



Imagem 4: Entrega das cisternas a partir da entrega de um certificação simbólico,
Fonte: STR Dona Inês, 2009



Imagem 5: Lanche após um fórum de participação das famílias beneficiadas,
Fonte: STR Dona Inês, 2009

4.1 Os beneficiários

A articulação do Semiárido a partir das UGMs realiza um estudo para fins de seleção das comunidades e municípios a ser aplicados recursos na construção de cisternas. Esse estudo envolve pesquisas em bases de dados secundários existentes, a exemplo do IBGE, Departamento de Informática do SUS (Datusus) dentre outros. Os dados utilizados dessas fontes para seleção são registros que prove a necessidade da intervenção e implementação de políticas sociais em regiões afetadas pela seca no Semiárido, informações como, por exemplo: o número de crianças e adolescentes em situação de risco, taxa de mortalidade infantil, Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dentre outros (BRASIL, 2005).

Selecionados os pontos de intervenção a aplicação dos programas da ASA, segue a fase de seleção das famílias. A partir da UGM mais próxima da área de atuação já articuladas com instituições atuantes a nível municipal, é formada uma comissão denominada “Comissão Municipal”, para atuar na mobilização, acompanhamento e seleção das famílias, além de fiscalizar as atividades desenvolvidas, cabendo a UGM condicionar os critérios de seleção e proporcionar o acompanhamento a partir de equipes técnicas.

A seleção das famílias segue critérios específicos de igualdade humanitária, com intuito de proporcionar aos beneficiários melhores condições de vida e justiça social. Considerando o total de cisternas disponível aquela localidade, fica incluso a família que preencher o maior número de requisitos seguintes das prioridades: Famílias chefiadas por mulheres, que tenham crianças de até seis anos; as que mantêm crianças e adolescentes na escola; que tenham adultos com idade igual ou superior a 65 anos; e possuam no leito da família deficientes físicos e/ou mentais (ASA, 2016).

Em casos de empate, a seleção é efetuada de acordo com a ordem de preenchimento dos critérios, caso se mantenha o empate, a escolha é feita por sorteio ou por outro critério decidido em comissão. Partindo desse princípio, e avançando essa etapa, o programa passa a uma nova fase de atuação a qual as famílias vivenciam um modo completamente novo e dinâmico de acessar políticas e serviços públicos. Não mais como os serviços que já chegavam prontos meio que invadindo o espaço familiar sem que a família sequer opinasse ou questionasse a forma de implantação, as tecnologias utilizadas e o mais grave, ter que agradecer baixar a cabeça como se recebesse uma esmola.

Em contrapartida, a ASA afirma que a aplicação de políticas públicas pelo P1MC promove desenvolvimento nas comunidades onde envolve, mobiliza e convoca as famílias a serem parte de todo o processo, fazendo com que os beneficiários se sintam donos de um patrimônio que em uma visão geral é muito pouco se comparado à necessidade e carência da família, mas é um começo da democratização dos serviços públicos que condiciona integração social participativo na convivência com o Semiárido.

5 RESULTADOS E PESQUISA DE CAMPO

A UGM, Centro de Educação e Organização Popular (CEOP), com sede em Picuí/PB, atualmente é responsável pela mobilização e aplicação dos programas da ASA na microrregião do Curimataú Oriental. Segundo a coordenadora institucional da UGM, Dona Inês foi incluído na sua área de atuação a partir do ano de 2008. Anteriormente a esta data, a instituição que atuava no município com essa finalidade era a CARITAS Brasileira¹⁶, em parceria com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Dona Inês (STR), forte aliado das ações da ASA no município.

A forma de aplicação do programa no Semiárido donainesense, segundo o presidente do STR, tecnicamente não difere dos apresentados nas discussões anteriores referentes a tecnologias aplicadas, mobilização e seleção das famílias. Porém, a forma de aplicação é sempre uma experiência nova, a exemplo, em cada localidade às famílias se mobilizam e compactuam do programa de modos diversificados durante execução, pois algumas famílias mobilizadas já executavam formas alternativas de convivência em épocas de estiagens, é por esta razão que se realiza fóruns de discussão para compartilhar experiências entre as famílias beneficiadas.

Os dados coletados e processados revelam condições de melhorias relativamente eficazes para a realidade local, considerando que segundo relatos dos entrevistados o acesso à água nas localidades pesquisadas era precário, além da água de má qualidade provenientes de açudes, tanques de pedra, cacimbas e muitas vezes, não tão precária mas limitada, emergencialmente fornecida em cisternas comunitárias implantadas pelo município para receber água da Operação Pípa, programa do Governo Federal brasileiro, que abastece os municípios em estado de emergências hídricas no Nordeste e demais regiões.

Antes de apresentar os resultados, vale salientar que a maioria dos municípios do Nordeste brasileiro, vem enfrentando um longo período de baixa densidade pluviométrica, levando essa população a conviver com uma das maiores secas desde 1988, que diminuiu relativamente às poucas fontes de abastecimentos de água, afetando tanto o consumo humano quanto animal (Quadro 4). A análise

¹⁶ Um organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) que atua na promoção e atuação social e trabalha na defesa dos direitos humanos, da segurança alimentar e do desenvolvimento sustentável solidário. Disponível em < <http://caritas.org.br/> Acesso em: 28 mar. 2017

que remete este tema é do Centro de Ciências do Sistema Terrestre – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (CCST/INPE) de São Paulo.

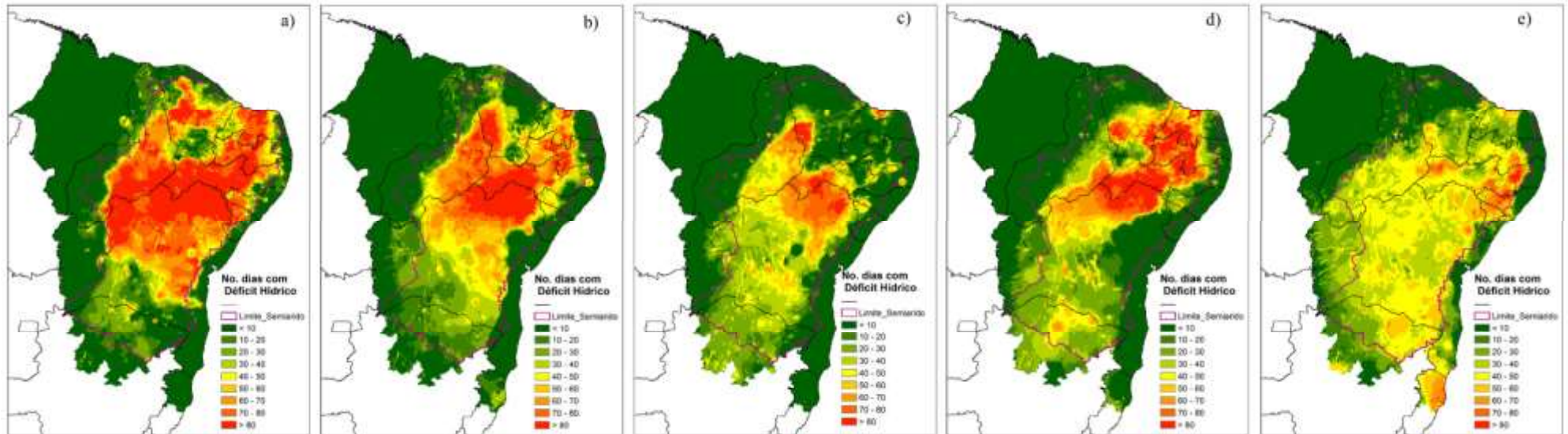
No ano hidrológico de 2011-2012, a região com deficiência hídrica compreende quase toda a região semiárida desde o centro-sul da BA até o RN, CE e PI (Figura 2a). Nesse período, o acumulado de precipitação na região, não ultrapassou os 500 mm, resultando no estresse hídrico vegetativo e consequentemente na baixa produtividade vegetal. Já em 2012-13 a 2014-15 a maior concentração de dias com déficit hídrico é identificada em parte dos Estados localizados na região central do Semiárido, os quais incluem o norte da BA, oeste do PB, leste do PI e oeste do CE (MARENGO, CUNHA, ALVES, 2015, p.52)

Partindo desse princípio, a realidade encontrada em campo retrata os efeitos apresentados pelo estudo acima, influenciando em alguns dos quesitos pesquisados, como a distância que a família percorre para pegar água na fonte mais próxima, o tempo gasto e a vazão em litros transportados. Ou seja, a fonte mais próxima talvez não fosse a que normalmente a família pegasse água, mas em consequência do quadro atual, tenha sido a relatada na pesquisa por um agravamento das estiagens.

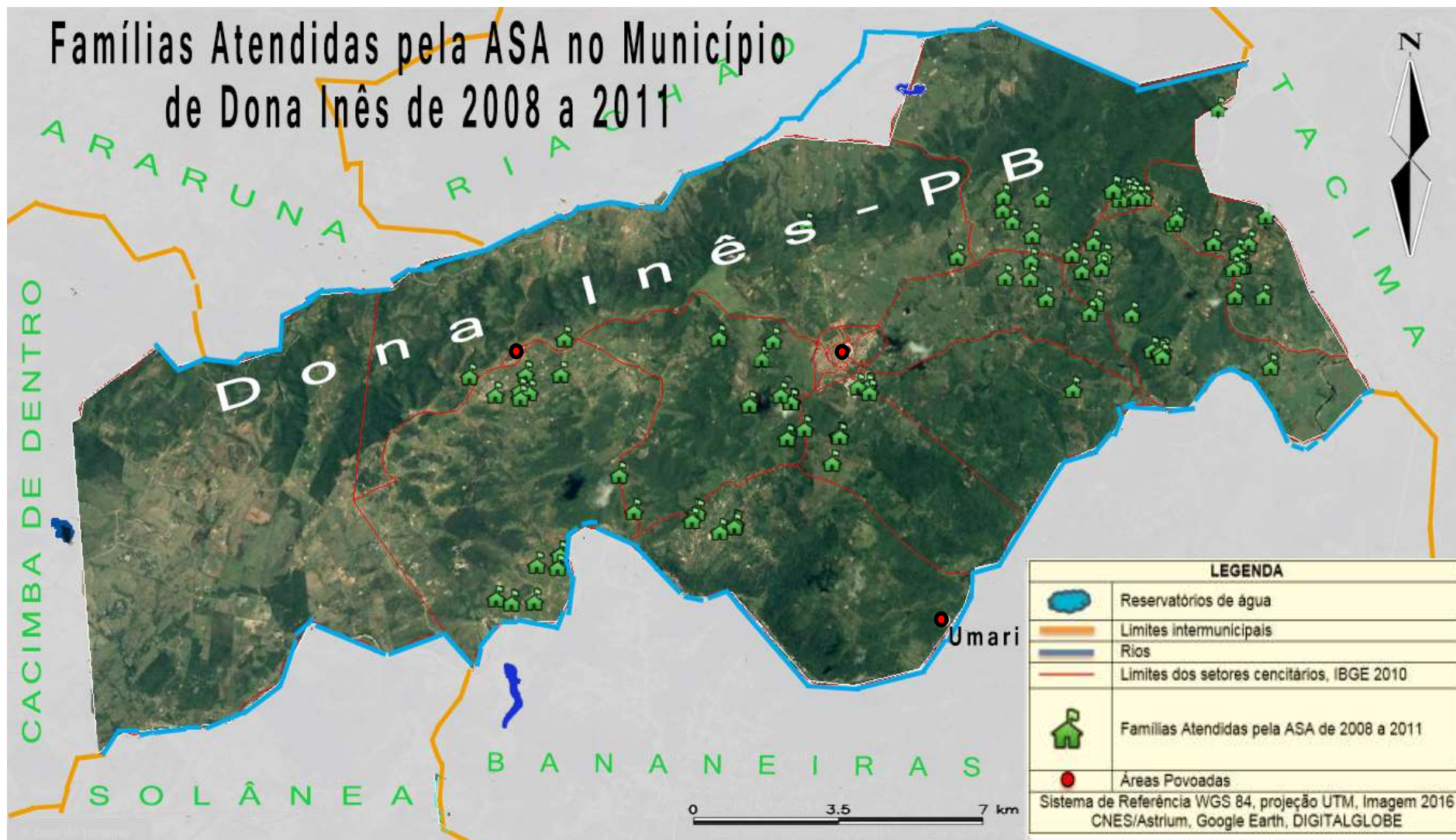
As 90 cisternas do P1MC entregues no ano de 2009 as famílias agricultoras de Dona Inês, foram referências para essa pesquisa, (mapa 3) apesar do tempo de implantação, em média de 7 anos, encontramos muitas em bom estado de conservação. Todavia, quando investigamos a frequência com que a família pinta a cisterna, 46,15% afirmaram não pintar, apenas 26,8% informaram que pintam com frequência, ficaram percentualmente empatados em 15,38% os que responderam que pintam anualmente, e os que pintam a cada 2 anos.

O mapa 3, além de georreferenciar a localização das famílias atendidas pela ASA em Dona Inês, também evidencia as fontes de águas mais acentuadas, até mesmo fora do território municipal, mas que influencia diretamente no acesso à água das famílias pesquisadas. Outro fator influenciador, também apresentado no mapa, são os rios que delimitam o território do município, mesmo intermitentes, os lençóis freáticos de suas bacias podem ajudar as famílias no abastecimento hídrico para usos diversos, por via de pequenas cacimbas escavadas pelos moradores locais. Limitam-se da seguinte forma, ao Sul a bacia do Rio Curimataú, e ao norte a do Riacho de Areia.

NÚMERO DE DIAS COM DÉFICIT HÍDRICO NO NORDESTE



Quadro 4: Número de dias com déficit hídrico para os anos hidrológicos 2011-2012 (a), 2012-2013 (b), 2013-2014 (c), 2014-2015 (d) e 2015-2016 ((MARENGO, CUNHA, ALVES, 2015, p.52)



Mapa 3: Famílias atendidas pela ASA no Município de Dona Inês/PB de 2008 a 2011, Coordenadas geográficas fornecidas pela UGM Centro de Educação e Organização Popular (CEOP, Picuí/PB).

Fonte: Jailson de Lima Galdino, 2017.

Durante a aplicação do P1MC, as famílias selecionadas participam de um curso de gerenciamento de recursos hídricos (GRH), esse curso aborda questões ligadas as práticas de convivência com o Semiárido, a introdução de um conhecimento agroecológico além dos cuidados com a cisterna, e em um desses cuidados abordados envolve pintar regularmente a cisterna para manter a estrutura conservada. A Imagem 2, foi tirada em um desses encontros.



Imagem 6: Curso de Gestão de Recursos Hídricos (GRH), realizado no dia 18/01/2009, no auditório da sede do Sindicato Dos Trabalhadores Rurais de Dona Inês/PB, ministrado pelo Centro de Educação e Organização Popular (CEOP) em parceria com a ONG ASPTA.
Fonte: STR, 2009¹⁷

A AP1MC, mantém como regra para as famílias participantes, sete cuidados que devem ser tomados com a estrutura de armazenamento de água, o 1º: envolve manter as cisternas fechadas, para evitar a entrada de sujeira e de animais, inclusive o mosquito *Aedes aegypti*, 2º: Lavar o reservatório anualmente, 3º: Limpar filtros e fazer a manutenção periódica da bomba anualmente, 4º: Limpar o telhado para garantir uma qualidade melhor da água coletada, 5º: Não utilizar baldes para captar a água 6º: a coleta deve ser feita por meio de uma bomba manual, 7º: Tratar a água armazenada antes do consumo, como clorar, filtrar e/ou ferver o líquido (ASA, 2016).

¹⁷ A baixa qualidade da imagem está relacionada ao tipo de máquina fotográfica que a fotografou, levando também em consideração o ano que ela foi tirada.

Tomando como base de análise esses princípios, investigamos se a família utiliza a bomba artesanal para retirar água da cisterna, 53,85% responderam utilizar, 38,46% afirmaram não utilizar, por motivo de estar quebrada ou pela pouca vazão expelida pela bomba tomando muito tempo para o abastecimento da residência, e apenas 7,69% responderam que utilizam a bomba apenas às vezes utilizando outras formas de retirar água.

No entanto, quando pesquisado se a família utiliza outros meios de pegar água da cisterna, o resultado contradiz o da pergunta anterior como mostra o gráfico 3, a maioria dos meios alternativos citados foram os tradicionais baldes, indo de



Gráfico 3: As famílias utilizam outras formas de retirar água da cisterna, sim ou não?
Fonte: Jailson de Lima Galdino, 2017.

Encontro ao Item 5 citado como regra de boa prática agroecológica pela APIMC. Segundo a ASA, esse Item é um critério a conscientizar as famílias para que não contaminem a água por meio da utilização de baldes sujos, cujo a finalidade, muitas vezes, vai além da de simplesmente tirar água da cisterna (ASA, 2016).

A partir do exposto, também procuramos saber das famílias se utilizam a água da cisterna para outras finalidades, além das necessidades básicas, 46,15% confirmaram não utilizar, 30,77% afirmaram que sim e 23,8% informaram que utilizam as vezes, quando há necessidade, seja para tomar banho, lavar roupas dentre outras atividades domésticas. A ASA, em seus fundamentos de práticas sustentáveis afirma que os 16 mil litros da cisterna do P1MC acumulados em épocas de boa precipitação, são capazes de sustentar as necessidades básicas de uma família durante um período médio de 8 meses (ASA, 2016)¹⁸.

¹⁸ ASA e as ações do P1MC com as tecnologias de captação de águas das chuvas a partir de cisternas de placas. Disponível em: <<http://www.asabrasil.org.br/acoes/p1mc>> Acesso em 03 abr. 2017.

Outro fator investigado, para fins de comparação, foi quanto tempo dura a água acumulada pelas chuvas na cisterna da ASA? 46% responderam que dura todo o período de estiagem, 31% disseram que dura 4 meses e 23% relataram que dura em média 2 meses. A questão é que o período de estiagem varia de acordo com o nível pluviométrico anual desta região e a influência das massas de ar. (ROCHA et al, 2011)

Para tirarmos a prova sobre a eficácia dessa tecnologia, em respeito aos dados anteriores e ao tempo que a família dependerá da água, a partir destes pontos a pesquisa comparou. De acordo com dados da ONU, o volume mínimo necessário para uma pessoa, é de 20 l por dia, PNUD (2016), desse modo, se pegarmos os 16 mil litros da cisterna da ASA, e efetuarmos uma operação matemática calculando um intervalo de tempo sendo: no intervalo de 30 de junho de 2016 a 01 de março de 2017 obteremos exatamente 273 dias corridos, uma média de 8 meses, correspondente ao período de estiagem de algumas localidades da região Nordeste, então aplicamos a operação $\frac{16.000}{273} = 58,6 \text{ l}$ essa é a quantidade distribuída a partir do volume total que supriria uma única pessoa durante esse período, porém, para alcançarmos a lógica da ASA ainda nos resta dividir esse volume por 6 pessoas, ficando $\frac{58,6}{6} = 9,77 \text{ l}$ esse resultado é a quantidade disponível para cada pessoa da residência.

Contudo, considerando os 6 habitantes/residência, e as suas necessidades hídricas individuais, o cálculo prova que a lógica da ASA foge da média apontada pela ONU, evidenciando que o volume de água acumulada é insuficiente para suprir as necessidades básicas das famílias beneficiadas durante o período de estiagem. Em condições de emergência, a família tende a utilizar outras fontes de águas para suprir suas necessidades, voltando a utilizar água de má procedência, ficando expostas aos males que essas águas podem lhes trazer. Nesse sentido verificamos se a família precisou utilizar outras fontes de água para consumo, 61,54% responderam que sim, 30,77% afirmaram que não e 7,69% disseram que só as vezes, quando necessário, buscam outras fontes de água.

Para analisar o grau de carência das famílias em relação ao acesso a água, pesquisamos os seguintes subtemas: os tipos de fontes de águas existentes nas proximidades da residência pesquisada, a distância da fonte de água mais próxima, o tempo gasto para ir e vir e o volume médio que uma pessoa consegue transportar

da fonte de água até sua residência. Os resultados em percentual encontram-se processados na tabela 1, e foram classificados para facilitar a compreensão das informações, moldando e agregando resultados repetidos por pontos pesquisados e juntando-os na coluna “respostas/unidades pesquisada” que é representada por uma letra que cria uma laço com a coluna seguinte, esta, é apresentado o percentual referente ao número de respostas.

PROCESSAMENTO DOS DADOS EM % REFERENTE A PESQUISA DE CAMPO

A		B	
Respostas/Unidad e Pesquisada	Distância da Fonte mais Próxima em Relação a Residência	Respostas/Unidad e Pesquisada	Tempo Gasto para Ir e Vir da Fonte Mais Próxima
1 km	7,69%	15 min	15,38%
2 km	38,46%	30 min	15,38%
50 metros	7,69%	5 min	7,69%
1 km	15,38%	10 min	38,46%
3 km	15,38%	20 min	23,08%
300 metros	7,69%		
1,5 km	7,69%		
TOTAL	100,00%		100,00%
C		D	
Respostas/Unidade Pesquisada	Volume Transportado por uma pessoa	Fontes próximas Relatadas	% das Fontes Relatadas
50 l	23,08%	Cacimba comunitária	23,08%
40 l	15,38%	Barragem	53,85%
20 l	15,38%	Barreiro	15,38%
8 l	7,69%	Cisterna comunitária	7,69%
5 l	7,69%		
45 l	7,69%		
10 l	7,69%		
30 l	15,38%		
TOTAL	100%		100%

Tabela 1: Processamento de dados referente a pesquisa de campo, sobre o uso de outras fontes de águas usadas pelas famílias pesquisadas.

Fonte: Jailson de Lima Galdino, 2017.

Quando tratamos das fontes de águas mais próximas das residências pesquisadas, o quesito A da tabela 2 varia em uma escala que vai de 50 metros a 3

km de distância da residência da família até a fonte de água mais próxima. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), é considerado que uma família não tem acesso a água, se a distância percorrida para buscar água ultrapasse 30 minutos e a fonte não deverá localizar-se a uma distância superior de 1.000 m (OMS, 2009). Nessas condições observa-se no item B que o maior tempo gasto para ir e vir da fonte de água mais próxima é de 30 minutos, diferindo do menor tempo que é de 5 minutos. No entanto, pôde-se analisar empiricamente, que quando relatado a distância, os entrevistados consideravam suas respostas baseados em um meio de transporte motorizado enquadrando-se nos critérios da OMS de não acesso a água, por haver uma variação se essa distância fosse percorrida a pé.

Esse questionamento sobre o meio de transporte da água não foi enfatizado nas pesquisas, porém, em reforço ao tema, observe o Item C tabela 1, colocando em uma escala a quantidade mínima transportada por uma pessoa até a quantidade máxima, temos um número que varia de 8 a 50 litros por viagem, sendo 50 enfatizado com mais frequência, representado com um percentual de 23,08% das respostas, enquanto os 8 litros de água transportados aparecem com 7,69%. As fontes de águas mais citadas durante a aplicação dos questionários, foram às barragens, aparecendo com 53,88% das respostas, em segundo lugar ficaram as cacimbas comunitárias com 23,08%. Esses dados aparecem implícito no mapa 3 apresentado anteriormente.

Tais dados são representados como fontes de águas mais acentuadas no mapa 3, categorizados nesse quesito como barragens. Na conjuntura das informações, as cacimbas são apresentadas como a 2ª opção mais citadas pelas famílias como fontes de acesso alternativos a água. Já discutidos anteriormente durante essa análise, porém, volto a reforçar, o município é banhado pela bacia do rio Curimataú cujo riacho de areia limite físico do município é afluente dessa bacia, e serve de refúgio as famílias em épocas de pouca densidade hídrica, que usam os seus carentes lençóis freáticos. Outro fator de acesso a água nas comunidades são as cisternas comunitárias, existentes em algumas localidades e abastecidas pelo governo federal. Em reforço ao foco de nossa análise, buscamos saber se existem algumas dessas estruturas nas comunidades pesquisadas, e 92,31% responderam que sim para 7,69% que não.

Durante as estiagens, dependendo da insuficiência ou mau gestão da água acumulada nas cisternas, as famílias com melhores condições financeiras, tendem buscar fontes de águas que consideram confiáveis para consumo, fazendo uso dos tradicionais carros pipas. Buscamos saber se as famílias já fizeram uso de águas a partir de carros pipas, e 79,92% responderam que sim, para 23,08% que não.

Para fins comprobatórios da mobilização social efetivadas nas ações da ASA, durante a implantação da cisterna em Dona Inês, investigamos se a família participou efetivamente do processo de implantação da estrutura em sua residência. Definimos como critério de análise uma escala de 0 a 10, onde 0 é a menor fator de participação, e 10 a participação mais efetiva da família, os que responderam 10 ficaram em um percentual de 69% dos entrevistados, a menor resposta obtida na participação ficou 8% em um total de 3 das 20 famílias pesquisadas.

Em respeito as práticas arcaicas do uso de recursos públicos para fins de benefícios pessoais, como práticas clientelistas, buscamos saber das famílias, se elas se sentem em dívida com alguém pelo benefício adquirido. Também colocado em uma escala de 0 a 10 podemos medir o nível de débito que a família tem com os agentes sociais que lhes trouxeram o benefício. O gráfico 4 aponta o resultado dessa pesquisa, onde os rótulos inferiores representam o valor de opção acompanhado do seu percentual.

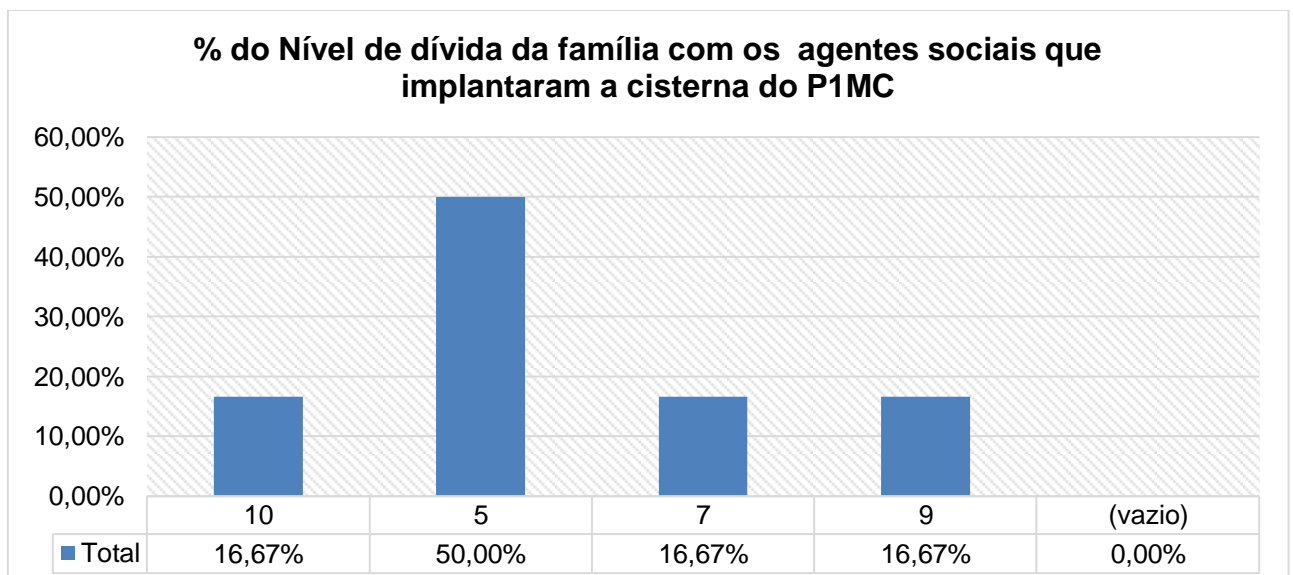


Gráfico 4: % do nível de dívida da família com os agentes sociais que implantaram a cisterna do P1MC,

Fonte Jailson de Lima Galdino, 2017

Em concretude de nossa avaliação, procuramos entender na concepção da família o real valor que a cisterna representa em termos de facilidade de acesso a água e qual é a sensação de deixar de ser dependentes a gestoras de sua própria água, abandonando a precária água barrenta e passar a ter água de qualidade para seu consumo. Um dos beneficiados entrevistado explica, “as cisternas representam a garantia de que tenhamos água de qualidade para nosso consumo durante os meses de estiagem. Se não fosse a cisterna a gente tinha que comprar água ou pegar noutro lugar que a gente não sabe a procedência”, outro entrevistado afirma “foi uma riqueza, se não fosse a cisterna não guardava água pra seca, por que nós não tinha dinheiro pra construir uma”.

No geral, o município de Dona Inês, de 2008 até os dias atuais, vai reestruturando seus parâmetros de acesso à água, a partir de inúmeros investimentos externos e internos e das ações participativas da sociedade civil local e regional, tal qual de sua população, isso tem sido possível. No entanto a ASA já investia em infraestrutura hídrica no município antes desta data justificando as 310 famílias beneficiadas apresentadas anteriormente no Quadro 1. Outros programas de construção de cisterna também foram implantados antes desta data, gestados pelo poder público municipal também escavações de poços artesianos (Anexo 01) que possibilita melhor acesso a recursos hídricos.

O acesso a água no município, foi reforçado em 2014, pela implementação do programa Água Para Todos do Governo Federal, que contemplou o município com 400 cisternas de polietileno plástico/PVC. Já evidenciada a posição da ASA em respeito desse modelo de estruturas, mas para fins de nossa avaliação, não deixa de ser acesso à água. Essa estrutura também utiliza o sistema de calhas para acumular águas das chuvas, e seu armazenamento se iguala a cisterna implantada pela sociedade civil, que é de 16 mil litros.

Em termos de armazenamento, ela também se enquadra nos quesitos de análise deste trabalho comparado aos dados da ONU revelando sua incapacidade de suprir a família beneficiada durante o período de estiagem. Porém, recorrendo à matemática nesse período 2009 até 2016, para uma análise de caso, se somarmos as 90 cisternas da ASA com as 400 do Água Para Todos, teremos 490 cisternas, multiplicando por 16 mil litros de água, teremos o montante: $490 * 16.000 = 7.840,000$ (sete milhões oitocentos e quarenta mil litros de água) de que o período anterior a 2008. A localização da implantação dessas estruturas de armazenamento

de água, estão expostas no gráfico 5, porém, para fins de melhor localização, é preciso antes, analisar o mapa 4, que traz a divisão das comunidades locais do município de Dona Inês com suas respectivas nomenclaturas culturais.

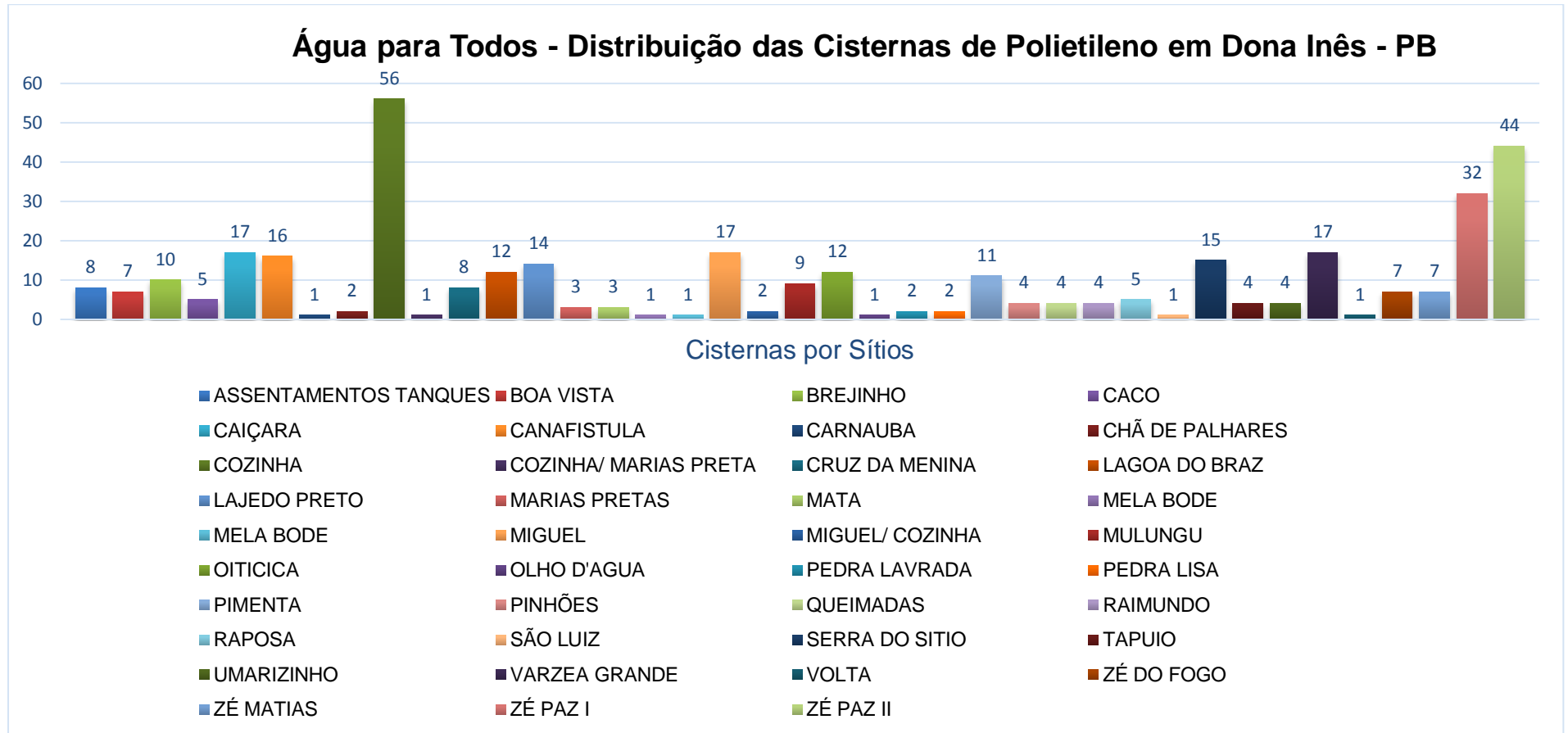


Gráfico 5: localização e quantidade das 400 cisternas implantadas pelo programa Água para Todos do Governo Federal, cisternas de plástico/Polietileno/PVC, através da prefeitura Municipal de Dona Inês – PB.

Fonte: Prefeitura Municipal de Dona Inês, Departamento de Agricultura.¹⁹

¹⁹ A leitura das legendas do gráfico 5, se dá em linhas horizontais, partindo do Rotulo “Assentamento Tanques”, seguido de “Boa Vista” representado graficamente da esquerda para direita respectivamente.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do ponto de vista local, em um quadro social e econômico, nota-se a necessidade de investimentos em infraestrutura hídrica seja em tecnologias sociais ou em infraestruturas com alta capacidade de armazenamento que possa efetivamente manter as populações rurais saciadas durante o período de estiagens. Os investimentos microrregional/regional da ASA têm realizado ações e multiplicado as poucas fontes de águas existentes, revertendo um pouco à vulnerabilidade dos excluídos nas áreas Semiáridas desse país.

Apesar da incapacidade de suprir a população durante o período de estiagem, não temos como desconsiderar que as ações da sociedade civil surtiram um enorme efeito na qualidade de vida daqueles beneficiados pelo P1MC no município, que antes percorriam grandes distâncias para buscar água necessária à suas necessidades, os impedindo de realizar outras tarefas durante o tempo gasto nessa ocupação. Desse modo, vale ressaltar as múltiplas dimensões e a diversidade de desafios enfrentados pela Articulação do Semiárido na busca por recursos e novos parceiros para engajar-se nessa luta, até efetivar uma intervenção desse nível.

As adversidades encontradas em pesquisas como essa podem variar de local para local. Porém, raramente desqualifica a principal causa do sucesso das ações da entidade em questão, mantendo-se ativa junta com seus parceiros que também realizam pesquisas para comprovar a eficácia dos programas oferecidos. Nessas circunstâncias o sucesso das ações da AP1MC consiste na gestão descentralizada dos recursos disponíveis a partir das necessidades locais. Por se tratar de um conjunto de organismos sociais, a gestão desses recursos é feita por várias outras redes, de diversas dimensões, e executadas pelas organizações de base - associações, sindicatos, grupos de mulheres, grupos de jovens e outras formas organizativas. Construindo juntas uma nova forma de fazer política gestada pelas comunidades.

No entanto, essa forma de fazer política de mobilização de pessoas, com sustentabilidade fortalecendo vínculos de convivências, trouxe-nos a analisar as ações de uma dessas iniciativas que se tornou referência, e tem mudado a realidade de muitas famílias rurais. A partir de um arcabouço

empírico podemos afirmar que o programa P1MC foi bem aceito pelas comunidades contempladas no município de Dona Inês, não verbalizando críticas mais acentuadas por parte dos entrevistados em referência a tecnologia de armazenamento de água. Entretanto, vale salientar a necessidade de um melhor cuidado com as estruturas recebidas tal qual com a gestão da água acumulada.

É importante adotar mecanismo periódicos de cuidados com a cisterna e seguir, mesmo que parcial, as boas práticas agroecológicas apresentadas pela AP1MC, para fins de manter uma melhor qualidade da água consumida pela família. A cisterna de 16 mil litros para captação de águas das chuvas a partir de telhados de residências rurais, podem não suprir a demanda da carência por água no Semiárido de Dona Inês, mas refaz um novo caminho daquelas famílias que tiveram a oportunidade de participar desse formato de mobilização assegurado pelas políticas sociais defendidas por organizações civis.

Contudo, a melhoria dos conhecimentos políticos vinculado nas parcerias com instituições civis do Semiárido, vai moldando a história de muitos agricultores familiares do Semiárido. E o povo de Dona Inês não difere dessa realidade, a partir do momento que concordaram em construir, com seu próprio suor, e com o incentivo civil certo, a partir do reconhecimento de suas capacidades de lutar em defesa dos seus direitos, sejam eles o acesso à água, a uma educação contextualizada e de qualidade, ao crédito, à preservação das sementes crioulas, ao direito de se comunicar, dentre tantos outros. A pesquisa contextua uma compreensão singela acerca do tema, ao abordar a efetividade e carência na aplicação das cisternas buscando somar e colocar no centro de discussões a vulnerabilidade socioeconômica de nossa gente, e trazer para centro da pauta a necessidade de melhorar a gestão de políticas públicas.

REFERÊNCIAS

ABONG, Um Novo Marco Legal para as ONGs no Brasil - fortalecendo a cidadania e a participação democrática, ABONG 2007. Disponível em: <file:///C:/Users/TI/Downloads/Marco%20Legal.pdf> Acesso em 10 dez. 2016

ART. 11, VII, da Lei nº 8.213/91, § 1º, disponível em: <http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/104108/lei-de-beneficios-da-previdencia-social-lei-8213-91#art-11> acesso em 12 dez. 2016.

ASA Brasil, Programa Um Milhão de Cisternas, 2007, Disponível em: <http://www.asabrasil.org.br/acoes/p1mc> Acesso em: 01 dez. 2016

ASA, P1+2, Site oficial da Articulação do Semiárido (ASA, 2015) Disponível Em: http://www.asabrasil.org.br/Portal/Informacoes.asp?COD_MENU=1151 Acessado Em: 15 mai. 2015.

AZEVEDO, Daviane Aparecida de, Revista Multidisciplinar da UNIESP, SABER ACADÊMICO - n ° 09 Jun. 2010/ ISSN 1980-5950. Disponível em: <http://www.uniesp.provisorio.ws/revista/revista9/pdf/artigos/18.pdf> Acesso em: 19 nov. 2016.

BRASIL, Atlas das áreas susceptíveis à desertificação do Brasil / MMA, Secretaria de Recursos Hídricos, Universidade Federal da Paraíba; Marcos Oliveira Santana, organizador. Brasília: MMA, 2005 – 2007

BRASIL, MINISTÉRIO da Integração Nacional - MI. Ministério do Meio Ambiente - MMA. Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT. **Portaria interministerial nº 1, de 09 de março de 2005**. Atualiza os critérios que delimitam a região Semiárida do Nordeste. Publicada no Diário Oficial da União de 11 de março de 2005.

CALDART, R. S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**: escola é mais do que escola. Petrópolis: Vozes, 2000.

CASTRO, Josué de, Geografia da Fome / Josué de castro. 9ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileiro, 2008.

CICONELLO Garança, Alexandre. **Associativismo no Brasil**: características e limites para a construção de uma nova institucionalidade democrática participativa. Dissertação de mestrado: Brasília, UNB – Instituto de Ciência Política, 2006.

CIRILO, J.A. Políticas públicas de recursos hídricos para o Semiárido brasileiro. Universidade de São Paulo, Vol. 63: 61-82, São Paulo, 2008.

CIRILO, J.A; GÓES V.C; ASFORA M.C. Integração das águas superficiais e subterrâneas. In: **Cirilo, J.A., Cabral, J.J.S.P., Ferreira, J.P.L., Oliveira, M.J.P.M., Leitão, T.E., Montenegro, S.M.G.L. & Góes, V.C. (Org.). O uso**

sustentável dos recursos hídricos em regiões semiáridas. ABRH, Editora Universitária da Universidade Federal de Pernambuco, 2007, p. 167-175.

CPRM - Serviço Geológico do Brasil, **Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea.** Diagnóstico do município de Dona Inês. Recife: CPRM/PRODEEM, 2005.

CRUZ, Suenya Santos da. O fenômeno da pluriatividade no meio rural: atividade agrícola de base familiar. **Serv. Soc. Soc.** [online]. 2012, n.110, pp. 241-269. ISSN 0101-6628. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-66282012000200003>.

FORUM PARALELO, Site Oficial, Articulação do Semiárido (ASA, 1999) Disponível em <http://www.asabrasil.org.br/Portal/Informacoes.asp?COD_MENU=5637> Acesso em: 15 mai. 2015

IBGE, Resultados Preliminares do Universo do Censo Demográfico, IBGE 2010.

JOSE A. MARENGO, ANA P. Cunha, LINCOLN M. Alves, A seca de 2012-15 no semiárido do Nordeste do Brasil no contexto histórico, São Paulo, 2015.

Disponível em: <

<http://climanalise.cptec.inpe.br/~rclimanl/revista/pdf/30anos/marengoetal.pdf>>

Acesso em: 12 Dez. 2016

KAROL, Eduardo, Território e Territorialidade da Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional - F.A.S.E. - estudo sobre território e organização não governamental. São Paulo, 2000.

LEI Nº 9.790, DE 23 DE MARÇO DE 1999, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/LEIS/L9790.htm> Acesso em: 24 jun. 2016.

MAIA, Rousiley C. M, Atores da sociedade civil e ação coletiva: Relações com a comunicação de massa, **Lua Nova**, São Paulo, 76: 87-118, 2009. Disponível em: <<http://www.uniesp.edu.br/revista/revista9/pdf/artigos/18.pdf>> Acesso em: 23 fev. 2014.

MALVEZZI, Roberto, **Semiárido**: uma visão holística. – Brasília: CONFEA, 2007.

Ministério da Integração Nacional, Disponível em: <<http://www.mi.gov.br/perguntas-frequentes#AGT1>> Acesso em: 15 mai. 2015.

MMA, Atlas das áreas susceptíveis à desertificação do Brasil. Secretaria de Recursos Hídricos, Universidade Federal da Paraíba, Brasília: MMA, 2007.

MMA, Ministério do Meio Ambiente. **Programa de ação nacional de combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca.** PAN Brasil, 2004.

OMS. Riscos Globais para a Saúde: Mortalidade e o Fardo da Doença Atribuível a Determinados Riscos Principais. OMS, 2009
PNUD, Relatório Mundial das Nações Unidas sobre Desenvolvimento dos Recursos Hídricos 2016, <Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0024/002440/244040por.pdf>> Acesso em: 01 Dez. 2016

PROCOPIO, José, 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/eventos/conferencias/5a-conferencia-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional/encontros_tematicos/agua-e-soberania-e-seguranca-alimentar-e-nutricional-18-e-19-de-agosto/apresentacoes/jose-procopio-asa.pdf> Acesso em 18 nov. 2016

ROCHA, A. P. B; DANTAS, E. M; MORAIS, I. R. D; OLIVEIRA, M. S, **Geografia do Nordeste**, 2ª edição, Natal/RN: EDUFRN, 2011.

ROS, César Augusto da. O movimento "vistoria zero" e a resistência do patronato rural às políticas de assentamentos no Rio Grande do Sul. **Sociologias** [online]. 2009, n.22, pp. 232-278. ISSN 1517-4522. <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-45222009000200010>.

ROSA, Alexandre Reis, Movimentos sociais, **Revista de administração de EMPRESAS**. 53(1): 95-95, fev. ILUS. 2013.

ANEXO 01

Poços subterrâneos cadastrados no ano de 2005

CODIGO POÇO	LOCALIDADE	LATITUDE S	LONGITUDE W	PONTO DE ÁGUA	NATUREZA DO TERRENO	PROF. (m)	VAZÃO (L/h)	SITUAÇÃO DO POÇO	EQUIPAMENTO DE BOMBEAMENTO	FONTE DE ENERGIA	FINALIDADE DO USO	STD (mg/L)
KD116	MATADOURO - SEDE	063825,2	353745,6	Poço tubular	Público			Abandonado			.	
KD117	BARRAO - ASSENT. FAZENDA SITIO	063828,7	353853,8	Poço tubular	Público	45		Paralisado	Catavento		.	
KD118	MACACA	063825,0	353732,6	Poço tubular	Público	42		Paralisado	Bomba injetora		.	
KD119	BREJINHO	063733,1	353822,9	Poço tubular	Particular	47,95		Não Instalado			.	665
KD120	BREJINHO	063737,7	353831,7	Poço tubular	Particular	51		Paralisado			.	
KD127	CRUZ DA MENINA	063523,6	353751,6	Poço tubular	Particular	52		Abandonado			.	9900
KD128	CACO	063703,6	353815,8	Poço tubular	Público	45		Abandonado			.	
KD129	CACO - ASSENT. FAZ. SITIO	063654,1	353545,3	Poço tubular	Público	50		Em Operação	Catavento		Doméstico Secundário,	2899
KD130	QUEIMADAS	063509,3	353544,5	Poço tubular	Particular	41,8		Não Instalado			.	7267
KD131	SERRA DO SITO I	063416,3	353419,4	Poço tubular	Particular	50		Abandonado			.	597,4
KD133	MARCAÇÃO	063320,9	353735,0	Poço tubular	Público	55		Abandonado			.	
KD134	SERRA DO SITIO	063450,8	353408,9	Poço tubular	Particular	50		Paralisado	Catavento		.	
KD139	CARNAUBA	063257,4	353427,2	Poço tubular	Particular	50		Abandonado			.	
KD141	QUEIMADAS	063508,8	353556,2	Poço tubular	Particular	50		Não Instalado			.	
KD383	BILINGUI	063251,7	353256,9	Poço tubular	Particular	40		Não Instalado			.	5792

Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea, Diagnóstico do Município de Dona Inês – Estado da Paraíba
 Fonte: CPRM, 2005

APÊNDICES

Questionário Aplicado nos levantamentos de campo

Questionário:

Levantamentos de sustentabilidade hídrica e convivência com o Semiárido inerentes a aplicação do programa P1MC (Programa Um Milhão de Cisternas) da Articulação do Semiárido (ASA) no município de Dona Inês – PB, sobre supervisão e orientação do professor Luiz Arthur Pereira Saraiva, tende-se analisar as intervenções da ASA no espaço agrário do município citado, com finalidade de pesquisa acadêmica objetivando a conclusão do curso de licenciatura plena em geografia.

A pesquisa que se desenvolve terá como objeto investigar a permanência do homem do campo no semiárido donainesense após as ações da sociedade civil, investigar como o processo ocorreu tal qual suas disparidades e benefícios. Objetivamente a pesquisa vai procurar retratar a realidade com base em um viés crítico proeminente do pensamento geográfico com práticas empíricas nos levantamentos de campo.

Quesito 1: Sobre as cisternas.

A. Com que frequência vocês pintam a cisterna?

- Com frequência Anualmente A cada 2 anos Não pinta

B. Utiliza a bomba artesanal para retirar água da cisterna?

- Sim Não Às vezes

C. Usa outras formas de retirar água da cisterna? se afirmativo quais?

- Sim Não _____

D. Utiliza a água da cisterna para outras finalidades além de consumo para alimentação e higiene? se afirmativo quais?

- Sim Não Às vezes _____

Quesito 2: sobre outras fontes de água

A. Quanto tempo em média, dura a água acumulada pelas chuvas na cisterna da ASA?

2 Meses 3 Meses 4 Meses Todo período de estiagem

B. A família precisou utilizar outras fontes de águas para consumo durante o período de estiagem? se afirmativo quais?

Sim Não Às vezes _____

C. Qual a distância média da fonte de água mais próxima da residência da família? _____

D. Quanto em média é gasto de tempo para ir e vir da fonte de água mais próxima? _____

E. Qual o volume médio de água que uma pessoa consegue transportar da fonte de água mais próxima até a residência da família.

F. Quais os tipos de fontes de água existentes nas proximidades da residência da família?

Quesito 3: sobre o uso de água externa da comunidade

A. A família Necessitou adquirir água através de carros pipas.

Sim Não

B. O governo abastece a comunidade com água transportada com carros pipa a partir do programa “Operação Pipa” do exército Brasileiro?

Sim Não

Quesito 4: satisfação e realização

Os quesitos abaixo investigam a partir de questões objetivas e gradativas, o grau de beneficiamento satisfatório e do acesso equitativo da água de beber. Observando em uma linha de 11 quesitos ao qual 10 é 100% suprido e 0 é 0% suprido pelo acesso à água e a informações, e sobre no que mudou a rotina após a implantação da cisterna.

1. A família participou efetivamente do processo de construção da cisterna?

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

2. A família se sente em dívida com alguém pela implantação da cisterna?

